

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Isenção do IR entre as prioridades do governo 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Governo promete reajuste para abril 6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Equipe econômica avalia decreto para execução menor de despesas 8

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

TCU abre auditoria para avaliar desempenho da Previ 10

FOLHA ONLINE - SP - COLUNAS E BLOGS
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão de auxílio-doença do INSS poupou R\$ 2,4 bi em 6 meses, diz governo 11

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

GOVERNO APRESENTA PRIORIDADES A MOTTA 12

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Colégio de líderes indica fim de 'rolo compressor' 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A norma claudicante e vilipendiada (Artigo) 15

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

IVA no Brasil: desafios, impactos e a reforma tributária 16

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O marco da Reforma Tributária: uma análise dos desafios e benefícios 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reforma da renda: Motta prega cautela 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

UE quer tributar compra on-line para cobrir custos alfandegários 23

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Disrupção de Trump ameaça lançar os EUA e o mundo no caos 24

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
POLÍTICA

Lula: Levamos a inflação muito a sério (governo) 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar sobe para R\$ 5,79 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Produção industrial sobe 3,1% em 2024, apesar de recuo no fim do ano 30

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Os novos passos, na visão de Haddad - MÍRIAM LEITÃO 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Governo acena com logística para baixar preço de alimento 35

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Gestão orçamentária vai ser desafiadora até o fim, diz Haddad 37

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Juro pode subir menos, e equipe volta a falar em ajuste fiscal 38

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Trump dilapida capital diplomático dos Estados Unidos, diz Celso Lafer 40

Isenção do IR entre as prioridades do governo

» **RAPHAEL PATI** » **ISRAEL MEDEIROS**

A equipe econômica do governo apresentou, ontem, ao novo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos- PB), uma lista de 25 pautas prioritárias para o biênio 2025- 2026. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi conversar com o deputado para reforçar a intenção do Planalto de avançar nas propostas que, se aprovadas, podem ajudar a melhorar a popularidade do governo com vistas às eleições do ano que vem.

O documento é dividido em três frentes: estabilidade macroeconômica (política fiscal e justiça tributária), melhoria do ambiente de negócios, e Novo Brasil: Plano de Transformação Ecológica.

Uma das prioridades do governo é discutir e aprovar a **reforma tributária** sobre a renda. O Executivo quer deixar o sistema mais progressivo - ou seja, quem ganha mais, paga mais, e quem ganha menos, paga menos.

Com essa reforma, também viria a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A medida foi anunciada ainda em 2024 como parte do pacote fiscal apresentado por Haddad ao Congresso, mas não avançou durante a tramitação acelerada do projeto no último mês de dezembro. O texto ainda não foi enviado ao Congresso.

A jornalista, Haddad disse, no entanto, que o governo já concluiu o "desenho" da medida que prevê a compensação na arrecadação para cobrir a isenção do IR a quem recebe até R\$ 5 mil por mês. "Nenhuma renúncia fiscal no Brasil pode ser feita sem compensação", enfatizou.

Segundo o ministro, "o presidente (Lula) vai anunciar (a compensação) quando achar conveniente".

"Nós terminamos o desenho.

Eu só não vou adiantar (a data) porque não tenho autorização do Planalto ainda para isso. Agora, começa uma tramitação formal, e isso vai acabar vindo nas próximas semanas", acrescentou.

O Executivo avalia que é preciso ter cautela antes de

implementar a medida e avançar a discussão com os parlamentares. "Como é uma coisa importante, tanto quanto foi a reforma sobre o consumo, foi uma coisa muito discutida.

Essa é mais simples, porque não exige emenda constitucional, não exige lei complementar, é uma lei mais simples nesse ponto de vista, mas tem um impacto econômico relevante para o nosso país", comentou Haddad.

De acordo com o ministro, "como (a reforma) passa a ter vigência no dia 1º de janeiro do ano que vem, a Câmara e o Senado têm que ter o tempo devido para analisar". "Nós mesmos nos debruçamos sobre essa matéria durante mais de um ano na Fazenda, depois da promulgação da emenda constitucional da reforma sobre o consumo. Não é uma coisa simples de ser votada.

Vai exigir debate", completou.

Atuação conjunta Haddad também destacou a disposição do Executivo em ajudar a tramitar não só os textos sobre a reforma da renda como os demais. "Ano que vem é ano » **RAPHAEL PATI** » **ISRAEL MEDEIROS** Haddad chamou Motta de "uma liderança extraordinária" e disse que a relação com ele é boa desde que o deputado comandava o Republicanos na Casa Lula Marques/ Agência Brasil de eleição, portanto nós vamos tentar mobilizar toda a equipe da Fazenda, do Planejamento, da Casa Civil e a SRI (Secretaria de Relações Institucionais), para que fiquem à disposição dos relatores designados, para que nós possamos avançar de forma mais transparente possível", disse.

Ele aproveitou para elogiar Motta, a quem chamou de "uma liderança extraordinária". O ministro também ressaltou que a relação com o presidente da Câmara foi boa enquanto o deputado era líder do Republicanos na Casa. "Tenho a satisfação de dizer que a relação entre nós, ao longo desses últimos dois anos, não poderia ser melhor".

Já Motta, que também participou da conversa com jornalistas, frisou que prezar por uma postura colaborativa com o governo.

Afirmou que a parceria de trabalho liderada por Arthur

Lira (PP-AL), seu antecessor, ajudou a aprovar quase toda a agenda econômica enviada pelo governo, e se comprometeu a dar continuidade ao ritmo de aprovações.

"(Ministro Haddad,) saiba que nós temos todo o intuito, todo espírito de ajudar nessa agenda, porque é uma agenda de país.

O Brasil tem um grande desafio econômico para 2025, e nada melhor do que essa cooperação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo para que a agenda, aqui, seja priorizada, e nós possamos entregar o melhor para a sociedade brasileira", prometeu o presidente da Câmara.

Outras medidas O governo também apresentou como prioridade a reforma da previdência dos militares, que enfrenta forte resistência da categoria. O texto foi enviado ao Congresso no ano passado junto com o pacote de corte de gastos, mas não tem previsão para avançar.

Na lista, estão ainda outros temas, como o fortalecimento do arcabouço fiscal e a limitação dos supersalários (veja quadro).

Veja as propostas

» Fortalecimento do arcabouço fiscal, para assegurar expansão sustentável do **PIB**, desemprego e **inflação** baixos e estabilidade da dívida.

» Início da implantação da **reforma tributária** sobre o consumo - dispositivos legais já aprovados, e se iniciam as etapas de implantação administrativa.

» Regulamentação da **reforma tributária** - Lei de Gestão e Administração do IBS, Fundos e Imposto Seletivo - Congresso precisa finalizar a votação do PLP 108/2024, e projetos de lei do imposto seletivo e de lei de regulamentação dos fundos serão enviados em 2025.

» **Reforma tributária** sobre a renda com isenção de IRPF para quem ganha até R\$ 5 mil e tributação sobre o topo da pirâmide de renda.

» Limitação dos supersalários - a proposta faz parte do pacote de contenção de despesas, e novo projeto de lei será enviado em 2025.

» Reforma da previdência dos militares - proposta já enviada no âmbito do pacote de contenção de despesas.

» Projeto de lei da conformidade tributária e **aduaneira**, com valorização do bom contribuinte e

responsabilização do devedor contumaz - proposta em tramitação no Congresso.

» Aprimoramento da Lei de Falências - proposta aprovada na Câmara e em tramitação no Senado.

» Fortalecimento da proteção a investidores no mercado de capitais - proposta aguarda designação de relator na Câmara.

» Consolidação legal das infraestruturas do mercado financeiro - proposta aprovada na Câmara e em tramitação no Senado.

» Resolução bancária Resumo - projeto aguardando apreciação na Câmara.

» Mercado de crédito (execução extrajudicial, consignado do E-Social, uso de pagamentos eletrônicos como garantia para empresas e ampliação de garantias em operações de crédito (open asset) - parte da proposta está em análise no Senado e o restante depende de elaboração ou regulamentação pelo Executivo.

» Regulamentação econômica das big techs - proposta em elaboração pelo Executivo.

» Modernização do marco legal de preços de medicamentos - proposta em análise pela CMED (Poder Executivo).

» Pé-de-Meia: permissão ao aluno investir em poupança ou títulos do Tesouro - em elaboração pelo Executivo.

» Modernização do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos e das parcerias público-privadas - projeto em tramitação na Câmara.

» Nova emissão de títulos sustentáveis, trazendo recursos ao Fundo Clima - duas emissões já realizadas, de US\$ 4 bilhões. Novas rodadas de emissões planejadas.

» Avanço na implantação do mercado de carbono - com lei sancionada, estão em preparação as regras de governança e a regulamentação da lei.

» Novos Leilões do EcoInvest - em preparação. Compra pública com conteúdo nacional e programa de desafios tecnológicos para a transformação ecológica.

» Contratações do PAC, Fundo Clima e fundos regionais passam gradualmente a utilizar regras de conteúdo local - está em gestação a criação de um programa de desafios tecnológicos associados à transformação ecológica.

» Estruturação do Fundo Internacional de Florestas
Resumo - incluído na Declaração Final do G20, está em discussão multilateral para viabilizar sua implantação.

» Implementação da Taxonomia Sustentável Brasileira
Resumo - texto está em consulta pública.

» Marco legal da inteligência artificial e política de atração de datacenter - marco legal aprovado no Senado e deve começar discussão na Câmara.

» Plano Safra e Renovagro - resoluções CMN já expedidas e novas medidas de aprimoramento nos próximos Planos Safra.

» Consolidar o mapa de investimento sustentáveis na BIP (Plataforma de Investimentos para a Transformação Ecológica no Brasil) - projetos já cadastrados de US\$ 10 bilhões e novas propostas serão mapeadas.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/02/06/all.pdf>

Governo promete reajuste para abril

» **RAPHAEL PATI** » **VICTOR CORREIA**

A ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, disse que o reajuste para **servidores públicos** federais deverá ser pago a partir do próximo mês de abril, caso o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 seja aprovado no Congresso Nacional até o mês anterior.

A expectativa da ministra é que o texto do projeto para o Orçamento seja aprovado em 10 de março, conforme previsão do relator do PLOA, senador Ângelo Coronel (PSD-BA).

"Se (a LOA) for (aprovada no dia) 10 de março, a nossa expectativa é de que a gente consiga sancionar em 15 de março.

E ainda entra na folha de março.

Portanto, a gente paga em abril", afirmou Dweck, em entrevista ao programa Bom Dia, Ministra, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), exibido ontem.

Segundo Dweck, o MGI não consegue honrar com o reajuste aos servidores sem que antes a peça orçamentária seja aprovada.

"Enviamos a medida provisória.

O aumento vale a partir de 1º de janeiro, mas não podemos pagar o reajuste enquanto não votar a LOA", disse a ministra, acrescentando que a chamada dos aprovados no Concurso Público Nacional Unificado (CNU) também depende da sanção do Orçamento deste ano. Apesar disso, ela se disse confiante com a tramitação do projeto no Congresso Nacional e que trabalha com a data estimada pelo relator, senador Angelo Coronel (PSD-BA). "A gente está bastante confiante que 10 de março é uma data muito provável para aprovação", concluiu.

Os reajustes salariais para os servidores foram definidos em medida provisória publicada no último dia 31 de dezembro no Diário Oficial da União (DOU) e as alíquotas variam de acordo com as categorias. Os aumentos acordados entre o governo e a maioria das categorias começaram a valer no dia 1º de janeiro. Já os reajustes de cargos comissionados entraram em vigor desde o último dia 1º de fevereiro. A ideia é realizar o pagamento retroativo do reajuste de janeiro, fevereiro e março na folha salarial de abril.

Bancos públicos.

Após a presença no programa de rádio, Dweck participou de reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dirigentes dos bancos públicos. Em entrevista, após a reunião, a ministra comentou que o presidente ficou "bem satisfeito" com os dados apresentados, e houve um aumento no crédito fornecido pelas instituições. O balanço, porém, só será divulgado em março e abril.

"Um dado muito positivo é que o crédito no Brasil está crescendo, os créditos dos bancos públicos. E o presidente sempre pergunta sobre alguns créditos específicos: microcrédito, crédito rural, tanto para a grande agricultura quanto para o pequeno", comentou Esther.

Participaram da reunião, além dos ministros da área econômica, os presidentes do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros; do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante; da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira; do Banco da Amazônia, Luiz Claudio Moreira Lessa; e do Banco do Nordeste (BNB), Paulo Câmara.

Estatais.

A ministra também comentou que Lula está "muito preocupado" e "prestando atenção" nas estatais. Mas voltou a afirmar, no entanto, que não existe "rombo" nas empresas públicas. O termo "rombo", defendeu, para o déficit primário das empresas está tecnicamente incorreto.

Ela explicou que a contabilidade fiscal é diferente da contabilidade empresarial - que avalia lucro e prejuízo. Segundo o MGI, o investimento das empresas estatais federais cresceu 44,1% no ano passado na comparação com 2023, chegando a R\$ 96,18 bilhões. Já em relação a 2022, o crescimento foi de 87,2%. Com exceção de empresas como os Correios, a pasta avalia que o déficit das empresas em 2024 ocorreu a partir dos aportes em investimentos.

Dweck comentou que as empresas estatais ficaram praticamente proibidas de aportar recursos em investimentos nas suas áreas durante os governos dos ex-presidentes Michel **Temer** e Jair Bolsonaro. "Elas ficaram, durante muito tempo, principalmente desde o governo **Temer** e Bolsonaro, praticamente proibidas de investir ou investindo muito pouco. E muitas delas

são empresas lucrativas que foram tendo lucro e o dinheiro ia entrando no caixa, foram acumulando dinheiro em caixa. Então, são receitas de anos anteriores que estavam em caixa", comentou.

O que aconteceu quando o presidente Lula entra, a gente muda a lógica. Olha para as estatais e fala: vocês precisam voltar a investir", concluiu.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/02/06/all.pdf>

Equipe econômica avalia decreto para execução menor de despesas

THAÍS BARCELLOS

Diante de cobranças do mercado e da nova cúpula do Congresso por redução de gastos, a equipe econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva estuda formas de reforçar o compromisso com uma trajetória fiscal mais austera em 2025 antes da aprovação do Orçamento. Uma das possibilidades é a edição de decreto para formalizar a execução orçamentária mais prudente até o projeto ser aprovado, disse um interlocutor da equipe econômica a par do debate.

Como o projeto de lei orçamentário (PLOA) ainda não foi votado, o governo só pode executar 1/12 avos da previsão orçamentária por mês. Um decreto poderia reduzir essa parcela a 1/18 avos, entre outras medidas. Na semana passada, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que o governo já vinha adotando proativamente a execução de 1/18 avos, mas a edição de um decreto sinalizaria maior compromisso, na avaliação de participantes do mercado e analistas em contas públicas.

QUESTÃO DE CONFIANÇA

Essa postura, segundo essa avaliação, ajudaria o governo a recuperar a confiança do mercado e seria uma forma de indicar que a condução das contas públicas é coerente com o objetivo do Banco Central de controlar a inflação.

As discussões ocorrem no âmbito da Junta de Execução Orçamentária (JEO), da qual fazem parte os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, do Planejamento, Simone Tebet, e da Gestão, Esther Dweck, além do titular da Casa Civil, Rui Costa.

Para Tiago Sbardelotto, economista da XP Investimentos, a medida seria positiva porque "criaria" uma gordura que poderia ser cortada quando o Orçamento for aprovado.

Além disso, a JEO vem discutindo os ajustes necessários para adequar o PLOA às medidas de contenção de gastos aprovadas pelo Congresso no fim do ano passado. Na terça-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o pacote representa contenção da ordem de R\$ 30 bilhões nas despesas este ano. Segundo o ministro, R\$ 15 bilhões serão

"somados" ao Orçamento e a outra metade seria usada para acomodar eventuais pressões de programas ao longo do ano.

Para Sbardelotto devem ser "somados" ao Orçamento recursos para cobrir o custo do Vale Gás e do Pé-de-Meia, e do reajuste no salário mínimo. Nas contas dele, os ajustes requerem R\$ 14 bilhões.

Em sua avaliação, o ministro indica que os R\$ 15 bilhões restantes devem aumentar a parcela de gastos não obrigatórios e funcionar como "espaço" para congelar recursos do Orçamento caso haja necessidade à frente para adequar as projeções de resultado primário de 2025 à meta de déficit zero.

Um eventual contingenciamento de recursos logo no início do ano poderá ser barrado por atraso na votação do Orçamento. Segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, qualquer limitação orçamentária só pode ser realizada na vigência da Lei Orçamentária Anual (LOA). A LDO faculta ao Poder Executivo a elaboração do relatório de avaliação bimestral de receitas e despesas primárias antes do Orçamento estar aprovado.

O relatório bimestral atualiza as previsões de receitas e despesas para o ano de acordo com a evolução do Orçamento. O primeiro do ano teria que ser enviado até o dia 22 de março, apenas alguns dias depois da data em que o PLOA deve ser votado.

O relator do Orçamento de 2025, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), disse que o mais provável é que o Orçamento seja votado em 10 de março, após o carnaval.

O economista da XP diz que um contingenciamento de recursos de R\$ 15 bilhões não chega a ser o "choque de credibilidade" que o mercado financeiro demanda após toda a repercussão negativa com o pacote de corte de gastos, mas é um retorno à "normalidade da execução orçamentária, planejada e transparente".

A questão do Orçamento é a incerteza em relação às receitas, principalmente em relação aos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e às transações tributárias. Em 2024, o governo arrecadou R\$ 307 bilhões com os julgamentos do **Carf**. A estimativa inicial era de R\$ 55,6 bilhões.

A XP espera déficit de R\$ 46 bilhões este ano, já sem considerar a parcela de pagamento de precatórios que o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou descontar da contabilidade para avaliar o cumprimento do objetivo fiscal. Nesse caso, o governo estaria exatamente a R\$ 15 bilhões de ficar dentro do limite da meta, de rombo de R\$ 31 bilhões.

Para o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, há um "inchaço" nas previsões do governo para as receitas de R\$ 67 bilhões. Seria necessário contingenciar R\$ 35 bilhões para chegar ao limite inferior da meta, já tirando precatórios da conta.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/oglobo/20250206/page/44>

TCU abre auditoria para avaliar desempenho da Previ

Estevão Taiar e Victoria Netto De Brasília e do Rio

O Tribunal de Contas da União (TCU) abriu ontem, com urgência, auditoria para avaliar o desempenho financeiro da Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil. A abertura foi realizada a pedido do ministro Walton Alencar Rodrigues.

"Os resultados obtidos em 2024 dão causas a gravíssimas preocupações", afirmou o ministro em sessão realizada ontem.

Com base em informações disponibilizadas publicamente pela Previ, Rodrigues relatou, por exemplo, que, entre janeiro e novembro de 2024, um dos planos de previdência da entidade registrou prejuízo de R\$ 14 bilhões. De acordo com ele, em cada um dos dois anos anteriores o resultado tinha sido positivo, na casa dos R\$ 5 bilhões. O ministro também afirmou que os investimentos realizados pela Previ em 2024 renderam 1,58%, enquanto no ano anterior o retorno tinha sido de 16,12%.

"Ou seja: se [em 2024 os administradores] tivessem pegado o dinheiro e comprado títulos do Tesouro, [os investimentos] te-riam rendido o valor integral da Selic e mais acréscimos", afirmou. "O fato é seríssimo, elevando os riscos dos segurados do Banco do Brasil, da Previ."

De acordo com ele, o "desempenho foi substancialmente menor [em 2024] para quase todas as classes de investimento: renda fixa, renda variável, ativos imobiliários e investimentos estruturados".

Segundo o ministro, esse desempenho traz riscos inclusive para o Banco do Brasil (BB) e ao governo federal, já que a instituição é uma sociedade de economia mista. Por isso, a União "em caráter extraordinário poderá ser obrigada até a contribuir paritariamente com os segurados". O pedido foi acatado pelo presidente do TCU, Vital do Rêgo Filho, que determinou a abertura da auditoria.

Procurada, a Previ não comentou se pronunciou até o fechamento desta edição.

Uma fonte próxima ao assunto afirmou ao Valor que os planos da Previ têm "zero risco de equacionamento". O equacionamento é uma forma de

financiar um déficit em planos de previdência para que os participantes possam receber os benefícios futuros. Quando isso ocorre, o resultado deficitário é compensado por patrocinadores, participantes e assistidos.

De acordo com o interlocutor ouvido pelo Valor, os dados sobre desempenho dos fundos geridos pela Previ são públicos e disponibilizados mensalmente. O resultado de dezembro é o único que ainda não foi divulgado, o que será feito quando o fundo consolidar o resultado do ano completo, em março.

"Não é surpresa que tenha sido um ano difícil por razões conjunturais, os dados são publicados todos os meses", disse a fonte, que atribuiu a abertura da auditoria a "um movimento político para atacar a atual gestão do fundo".

O fim da obrigatoriedade da chamada "marcação a mercado" nos títulos na carteira dos fundos de pensão, aprovado em dezembro do ano passado pelo Conselho Nacional de **Previdência Complementar** (CNPc) e com prazo para adaptação até 2026, também pode ter influência nos resultados da Previ.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188110?page=1§ion=1>

Revisão de auxílio-doença do INSS poupou R\$ 2,4 bi em 6 meses, diz governo

Fábio Zanini

Danielle Brant

A revisão do auxílio por incapacidade temporária gerou uma economia de R\$ 2,4 bilhões em quase seis meses, indicam dados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). O valor abrange o período de 9 de julho a 31 de dezembro do ano passado.

De acordo com os dados, dos 684.262 benefícios por incapacidade temporária analisados no período, 356.422 foram encerrados após a perícia de revisão - corte de 47,9%. O valor médio foi de R\$ 1.745,07

"O benefício foi cancelado porque a pessoa não tinha mais a condição que gerava o benefício", afirma o ministro Carlos Lupi (Previdência). "A verificação (dos benefícios) precisa ser feita a cada dois anos, mas há quatro que não ocorria"

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2025/02/revisao-de-auxilio-doenca-do-inss-poupou-r-24-bi-em-6-meses-diz-governo.shtml>

GOVERNO APRESENTA PRIORIDADES A MOTTA

ISRAEL MEDEIROS, JÚLIA PORTELA E RAPHAEL PATI

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou nesta quarta-feira (5/2) ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), 25 medidas econômicas prioritárias para o governo no biênio 2025-2026. O documento é dividido em três frentes: estabilidade macroeconômica (política fiscal e justiça tributária); melhoria do ambiente de negócios; e Plano de Transformação Ecológica.

Entre os temas destacados pela Fazenda está a aprovação da **reforma tributária** sobre a renda, com a isenção do Imposto de Renda (IRPF) para quem recebe até R\$ 5 mil por mês. O texto ainda será enviado ao Congresso, mas, segundo Haddad, o "desenho" da medida, incluindo a compensação na arrecadação do governo, já está pronto.

"Nenhuma renúncia fiscal no Brasil pode ser feita sem compensação. O presidente (da República, Luiz Inácio Lula da Silva) vai anunciar (a compensação) quando achar conveniente. Nós terminamos o desenho. Eu só não vou adiantar (a data) porque não tenho autorização do Planalto ainda para isso", disse o ministro a jornalistas, no Salão Verde da Câmara.

A isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil é promessa de campanha do governo Lula, além de ser uma das medidas incluídas na lista de iniciativas do Ministério da Fazenda para o ano de 2025 entregue a Hugo Motta na reunião de ontem. A medida foi anunciada ainda em 2024 como parte do pacote fiscal apresentado por Haddad ao Congresso, mas não avançou durante a tramitação acelerada do projeto no último mês de dezembro.

O governo avalia que é preciso ter cautela antes de implementar a medida e avançar a discussão com os parlamentares. "Como é uma coisa importante, tanto quanto foi a reforma sobre o consumo, foi uma coisa muito discutida - essa é mais simples, porque não exige emenda constitucional, não exige lei complementar. É uma lei mais simples nesse ponto de vista, mas tem um impacto econômico relevante para o nosso

país", destacou o ministro.

Ainda de acordo com Haddad, os parâmetros definidos

no fim do ano passado foram mantidos no desenho atual que deve ser entregue ao Congresso nas próximas semanas. Apesar disso, reconheceu que tiveram que ser feitas "correções" necessárias no texto inicial, e que a tramitação será conduzida com mais "cautela" e "transparência".

"Como (a reforma) passa a ter vigência no dia 1º de janeiro do ano que vem, a Câmara e o Senado têm que ter o tempo devido para analisar. Nós mesmos nos debruçamos sobre essa matéria durante mais de um ano no Ministério da Fazenda depois da promulgação da emenda constitucional da reforma sobre o consumo. Não é uma coisa simples de ser voltada. Vai exigir debate", completou o ministro.

Ele garante que a Fazenda fará todo o possível para ajudar o Legislativo a avançar não só na questão da isenção do IRPF, mas também nas outras pautas. "Ano que vem é ano de eleição, portanto nós vamos tentar mobilizar toda a equipe da Fazenda, do Planejamento, da Casa Civil e a Secretaria de Rela-

ções Institucionais (SRI) para estarem à disposição dos relatores designados, para quando for o caso, para que nós possamos avançar de forma mais transparente possível, dando satisfação à opinião pública, (explicando) o que está em jogo, e como isso pode ajudar a alavancar os negócios no Brasil e nos colocar à disposição de toda a Casa para que isso aconteça da maneira mais rápida possível", disse o ministro.

Há, também, novas etapas na implementação da **reforma tributária** sobre o consumo, aprovada no ano passado e que ainda depende de trâmites administrativos e da aprovação de textos que vão regulamentar a administração do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), os fundos e o imposto seletivo. A Fazenda também fala em fortalecer o arcabouço fiscal para "assegurar a expansão sustentável do **PIB**, desemprego e **inflação** baixos e estabilidade da dívida".

Outra prioridade é a reforma da previdência dos militares, que enfrenta forte resistência da categoria. O texto já foi enviado ao Congresso no ano passado junto com o pacote de corte de gastos.

equilíbrio

Eleito presidente da Câmara no último sábado, Hugo Motta afirmou ser necessário "ter equilíbrio" para discutir a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil no Brasil, que já tem "uma das cargas tributárias mais pesadas do mundo". "O Congresso colaborou muito nos últimos dois anos com projetos que ajudaram a aumentar bastante a arrecadação do governo. Há na Casa um sentimento de que projetos que elevem a carga tributária não tenham um amplo apoio para sua aprovação", afirmou, ainda antes do encontro com Haddad.

"A isenção do IR é um projeto simpático. Quem não gostaria de aprovar um projeto que ajuda as pessoas que têm uma faixa de renda menor? Mas temos que ter muito equilíbrio para que uma medida como essa não venha a ter efeito ruim, já que temos hoje uma alta taxa de juros, o dólar chegando a níveis máximos. Isso traz um efeito principalmente no que diz respeito à **inflação**", finalizou.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Colégio de líderes indica fim de 'rolo compressor'

O colégio de líderes da Câmara dos Deputados, em sua primeira reunião após a eleição de Hugo Motta para a presidência da Casa, definiu que a pauta de votações voltará a ser divulgada com alguns dias de antecedência, dando oportunidade para que todos os partidos analisem os projetos e proponham alterações. Também ficou estabelecido um calendário-padrão para as sessões, com presença física dos deputados em pelo menos dois dias da semana.

Desde a década passada, e em especial após a pandemia, houve uma tendência fortíssima de centralização do processo legislativo em torno da presidência das Casas, em detrimento das lideranças partidárias e das comissões.

Por um lado, isso permitiu um "rolo compressor" extremamente eficiente para aprovar temas complexos como a **reforma tributária** sem atrasos. Entretanto, sufocou demais o debate democrático. Projetos de lei foram negociados e modificados em reuniões fechadas, com pareceres de última hora; sem capacidade de obstrução, a oposição teve apenas o discurso como ferramenta de ação política.

Um Congresso centralizado se comportou como um grande bloco de parlamentares com apenas um interesse em comum: a vontade de se reeleger e avançar suas carreiras políticas, com a ajuda de milhões de reais em emendas e outras verbas.

Seria muito ingênuo pensar que as negociações políticas deixarão de depender do toma lá dá cá de emendas e cargos. O cenário para 2025, inclusive, é bastante incerto, dado o risco de novas disputas judiciais e operações policiais que venham a paralisar o fluxo de verbas para os deputados. Podemos ter um ano de bastante instabilidade na relação entre governo e Congresso, apesar dos discursos conciliatórios dos últimos dias.

Ainda assim, qualquer mudança que indique um retorno à normalidade, com mais transparência e possibilidade de dis-senso na construção da agenda parlamentar, é extremamente bem-vinda e merece ser acompanhada.

Isso é ainda mais relevante em um momento de intensa movimentação política com vistas à campanha de 2026, no qual os partidos negociam os termos de

sua participação na **reforma ministerial** de Lula e analisam fusões, alianças e candidatos. É saudável que os líderes políticos exponham de forma um pouco mais transparente as suas preferências, podendo usar os espaços de negociação do Congresso, como as reuniões de líderes e as comissões, como forma de sinalização política e construção de um mínimo de identidade entre o eleitorado. É isso que se espera de um Parlamento.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A norma claudicante e vilipendiada (Artigo)

Everardo Maciel

Everardo Maciel Consultor tributário, foi secretário da **Receita Federal** (1995-2002)

Causou perplexidade a comédia de erros no recente episódio da fiscalização de transações financeiras por meio do Pix.

Para desviar a atenção no controle de gastos públicos, procedeu-se à divulgação extemporânea, no início deste ano, de uma instrução normativa (IN) da **Receita Federal**, datada de 17/9/2024 e fundada no art. 5.º da Lei Complementar n.º 105, de 2001.

A oportunista iniciativa gerou forte reação política, embora tecnicamente infundada, seguida da desarrazoada revogação daquela IN e da edição de uma inepta medida provisória, que, sem observar os requisitos constitucionais de urgência e relevância, fez a proclamação de obviedades, banalizando instrumento que tem força de lei.

Essa deplorável sequência de fatos é tão somente uma evidência a mais do descaso com que as normas têm sido tratadas no País.

Desde sua promulgação em 1988, a Constituição foi alterada por meio de 135 emendas constitucionais (30, nos últimos 5 anos), o que corresponde a uma média de 1 emenda por trimestre.

São centenas de novas normas constitucionais casuísticas, inconsistentes e, não raro, mal redigidas (a Emenda n.º 87, de 2015, por exemplo, tem vigência fixada incrivelmente em duas datas distintas).

Emendas são aprovadas a toque de caixa, até mesmo sem o prévio conhecimento do texto, como ocorreu durante a votação da **reforma tributária** do consumo, na Câmara dos Deputados.

Temos uma das maiores, se não a maior, instabilidades normativas contemporâneas, da qual resulta uma impressionante colcha de retalhos constitucionais.

Paradoxalmente, inúmeras normas não ganham concretude, por falta de regras infraconstitucionais, a exemplo do federalismo fiscal cooperativo, greve e emprego temporário no serviço público, conflitos no âmbito do federalismo fiscal, tratamento tributário do ato cooperativo, prevenção dos desvios tributários

concorrenciais, normas gerais das finanças públicas, desconsideração administrativa de atos e negócios dissimulados.

A mora legislativa contrasta com um ativismo judicial que se vale de uma Constituição sobrecarregada por princípios que facultam diversificada interpretação.

A propósito, o art. 145, § 3.º, da Constituição, introduzido pela Emenda n.º 132, de 2023, prevê que o sistema tributário nacional deverá observar "os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente". Cada princípio encerra múltiplos entendimentos; a combinação deles dá lugar a qualquer entendimento. Contencioso à vista.

Temos uma das maiores instabilidades normativas, da qual resulta uma colcha de retalhos constitucionais

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

IVA no Brasil: desafios, impactos e a reforma tributária

Opinião +

Por Eduardo Berbigier* - O IVA (ou Imposto sobre Valor Agregado) que é a unificação de **diversos impostos**, recentemente aprovado na **reforma tributária**, nos traz algumas reflexões sobre os desafios para a sua implementação.

O IVA permite mais transparência e facilidade de tributação, por isso é utilizado por mais de 170 países, dos 193 reconhecidos pela ONU, segundo dados da Tax Foundation de 2022. À exceção dos Estados Unidos, onde cada estado tem o seu regime próprio de vendas e não há imposto federal de consumo, o IVA é consenso entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento.

Trata-se de um imposto de caráter geral e indireto sobre consumo, que pretende tributar toda a cadeia econômica de produção e distribuição de bens e serviços, e que permite, a cada etapa, a dedução do imposto pago. Ao final, o imposto também deve incidir sobre o destino, onde se verifica o consumo, recaindo sobre o consumidor final de bens e serviços.

No Brasil, o valor exato do imposto será conhecido ao final da implementação da **reforma tributária**, que será feita em etapas entre os anos de 2026 e 2033. A regulamentação sancionada por Lula, no entanto, institui uma trava no aumento do IVA, com teto de 26,5% para a alíquota-padrão. Em 2031, uma avaliação estimará se as alíquotas finais do IVA, que entrarão em vigor em 2033, serão maiores que vinte e seis e meio por cento (26,5%).

O que desperta a atenção nesse imposto é que, com a recente sanção presidencial do Projeto de Lei Complementar (PLC) 68/2024, que regulamenta os **tributos** sobre o consumo, muitos políticos e economistas, defensores da tributação, estão tentando criar um sentimento de nacionalidade em torno do tema. No entanto, vale um alerta: é necessário questionarmos tantas certezas estabelecidas e propagadas.

Importante destacar que a referida reforma em curso já incluiu emenda constitucional, lei complementar e mudanças que alteram os interesses dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal. A meu ver, as votações foram pouco discutidas e precipitadas, diante

de um tema tão complexo.

Os defensores do imposto alegam que o assunto foi debatido durante quarenta anos e que os atuais resultados envolveram amplos setores da sociedade. Não estou seguro disso.

Sabemos que, no cenário atual brasileiro, o que prevalece como lei é a vontade do grupo de pressão mais forte.

Voltando a refletir sobre o tema, importante lembrar que, afirmam ainda, os defensores da **reforma tributária** e do IVA, que a partir de agora vamos nos desligar do pior sistema tributário do mundo, que penaliza os pobres, e entrar em uma nova era, com um sistema incomparavelmente mais moderno, que contará com mecanismos para combater as desigualdades sociais. Anunciam que famílias inteiras e, especialmente, as nossas crianças, melhorarão de vida; que a economia será fortalecida, haverá aumento da produtividade, geração de empregos e uma distribuição de renda mais justa. Viveremos no melhor dos mundos. Será? Vamos aos fatos concretos.

No Brasil, tributamos mais o consumo do que a renda. Estamos cientes de que o imposto sobre consumo é injusto. E por quê?

Porque atinge todo mundo que compra. Se uma pessoa tem uma renda de cinco mil reais e comprar um determinado objeto, ela paga imposto. Se outra pessoa, com renda de 100 mil reais, comprar o mesmo objeto, paga exatamente o mesmo imposto. Por isso, é injusto. Mas, tudo indica que, mesmo com a **reforma tributária**, continuaremos cobrando imposto sobre o consumo.

Desde já, temos conhecimento de que, quando chegarmos ao final da reforma, em 2033, poderemos ter o Imposto de Valor Agregado (IVA) mais elevado do mundo: 28,5%.

Visitei, recentemente, alguns países da Europa. Ao pesquisar sobre o tema verifiquei que o IVA da Eslováquia, por exemplo, subiu para 23%, no dia 1º de janeiro de 2025 (era 20%); o IVA da Hungria é de 27% (o maior do mundo atualmente); o IVA da República Tcheca é 21%; o da Áustria, 20%.

Os outros IVAs mais altos que encontrei são dos países nórdicos (Noruega, Dinamarca, Finlândia), em torno de 25% a 26%.

Contudo, são países com uma economia fortíssima, população pequena e serviços de excelente qualidade prestados à população. Por isso, há, de certo modo, uma justificativa para a tributação mais alta.

Portanto, é certo que, realmente, o Brasil vai se destacar negativamente com relação à carga tributária no tocante ao IVA.

O que nos leva a pensar dessa forma? Fatos concretos. Vejamos apenas alguns, dos inúmeros desafios para a implementação do IVA no Brasil:

1. Complexidade do sistema atual: o Brasil possui um sistema tributário fragmentado, com **impostos** sobre consumo em diferentes níveis (federal, estadual e municipal), como ICMS, ISS, PIS e COFINS. Cada estado tem regras próprias para o ICMS.

2. Conflitos federativos: a arrecadação de **impostos** sobre o consumo é vital para estados e municípios, que temem perder autonomia fiscal com a centralização do IVA. O IVA exige a redistribuição da arrecadação entre entes federativos, o que pode gerar disputas políticas.

3. Dimensão e desigualdades regionais: regiões mais desenvolvidas (Sudeste e Sul) geram mais consumo e, portanto, mais arrecadação. Estados menos desenvolvidos (Norte e Nordeste) temem perder receitas com a mudança na base tributária.

4. Transição complexa: implementar o IVA requer substituir ou integrar vários **impostos** existentes, o que pode gerar incertezas para empresas e governos. A adaptação tecnológica necessária para empresas e entes arrecadadores é desafiadora, especialmente para micro e pequenas empresas.

5. Carga tributária elevada: o Brasil já possui uma das mais altas cargas tributárias do mundo, e um IVA mal calibrado pode aumentar os custos para consumidores e empresas, prejudicando o crescimento econômico.

Portanto, ao final dessa reflexão concluímos que, está claro que a implementação do IVA em nosso país, depende de reformas estruturais amplas, muito bem coordenadas e profundamente debatidas com a sociedade. Os desafios políticos, econômicos e técnicos são enormes. E, para a tristeza dos brasileiros, a partir 2033, teremos o maior imposto sobre valor agregado ou adicionado do mundo. É questão de lógica. O tempo confirmará.

*Advogado tributarista, especialista em agronegócio, membro dos Comitês Jurídico e Tributário da Sociedade Rural Brasileira e CEO do Berbigier Sociedade de Advogados

Por Eduardo Berbigier* - O IVA (ou Imposto sobre Valor Agregado) que é a unificação de diversos **impostos**, recentemente aprovado na **reforma tributária**, nos traz algumas reflexões sobre os desafios para a sua implementação.

O IVA permite mais transparência e facilidade de tributação, por isso é utilizado por mais de 170 países, dos 193 reconhecidos pela ONU, segundo dados da Tax Foundation de 2022. À exceção dos Estados Unidos, onde cada estado tem o seu regime próprio de vendas e não há imposto federal de consumo, o IVA é consenso entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento.

Trata-se de um imposto de caráter geral e indireto sobre consumo, que pretende tributar toda a cadeia econômica de produção e distribuição de bens e serviços, e que permite, a cada etapa, a dedução do imposto pago. Ao final, o imposto também deve incidir sobre o destino, onde se verifica o consumo, recaindo sobre o consumidor final de bens e serviços.

No Brasil, o valor exato do imposto será conhecido ao final da implementação da **reforma tributária**, que será feita em etapas entre os anos de 2026 e 2033. A regulamentação sancionada por Lula, no entanto, institui uma trava no aumento do IVA, com teto de 26,5% para a alíquota-padrão. Em 2031, uma avaliação estimará se as alíquotas finais do IVA, que entrarão em vigor em 2033, serão maiores que vinte e seis e meio por cento (26,5%).

O que desperta a atenção nesse imposto é que, com a recente sanção presidencial do Projeto de Lei Complementar (PLC) 68/2024, que regulamenta os **tributos** sobre o consumo, muitos políticos e economistas, defensores da tributação, estão tentando criar um sentimento de nacionalidade em torno do tema. No entanto, vale um alerta: é necessário questionarmos tantas certezas estabelecidas e propagadas.

Importante destacar que a referida reforma em curso já incluiu emenda constitucional, lei complementar e mudanças que alteram os interesses dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal. A meu ver, as votações foram pouco discutidas e precipitadas, diante de um tema tão complexo.

Os defensores do imposto alegam que o assunto foi debatido durante quarenta anos e que os atuais

resultados envolveram amplos setores da sociedade. Não estou seguro disso.

Sabemos que, no cenário atual brasileiro, o que prevalece como lei é a vontade do grupo de pressão mais forte.

Voltando a refletir sobre o tema, importante lembrar que, afirmam ainda, os defensores da **reforma tributária** e do IVA, que a partir de agora vamos nos desligar do pior sistema tributário do mundo, que penaliza os pobres, e entrar em uma nova era, com um sistema incomparavelmente mais moderno, que contará com mecanismos para combater as desigualdades sociais. Anunciam que famílias inteiras e, especialmente, as nossas criancinhas, melhorarão de vida; que a economia será fortalecida, haverá aumento da produtividade, geração de empregos e uma distribuição de renda mais justa. Viveremos no melhor dos mundos. Será? Vamos aos fatos concretos.

No Brasil, tributamos mais o consumo do que a renda. Estamos cientes de que o imposto sobre consumo é injusto. E por quê?

Porque atinge todo mundo que compra. Se uma pessoa tem uma renda de cinco mil reais e comprar um determinado objeto, ela paga imposto. Se outra pessoa, com renda de 100 mil reais, comprar o mesmo objeto, paga exatamente o mesmo imposto. Por isso, é injusto. Mas, tudo indica que, mesmo com a **reforma tributária**, continuaremos cobrando imposto sobre o consumo.

Desde já, temos conhecimento de que, quando chegarmos ao final da reforma, em 2033, poderemos ter o Imposto de Valor Agregado (IVA) mais elevado do mundo: 28,5%.

Visitei, recentemente, alguns países da Europa. Ao pesquisar sobre o tema verifiquei que o IVA da Eslováquia, por exemplo, subiu para 23%, no dia 1º de janeiro de 2025 (era 20%); o IVA da Hungria é de 27% (o maior do mundo atualmente); o IVA da República Tcheca é 21%; o da Áustria, 20%.

Os outros IVAs mais altos que encontrei são dos países nórdicos (Noruega, Dinamarca, Finlândia), em torno de 25% a 26%.

Contudo, são países com uma economia fortíssima, população pequena e serviços de excelente qualidade prestados à população. Por isso, há, de certo modo, uma justificativa para a tributação mais alta.

Portanto, é certo que, realmente, o Brasil vai se destacar negativamente com relação à carga tributária

no tocante ao IVA.

O que nos leva a pensar dessa forma? Fatos concretos. Vejamos apenas alguns, dos inúmeros desafios para a implementação do IVA no Brasil:

1. Complexidade do sistema atual: o Brasil possui um sistema tributário fragmentado, com **impostos** sobre consumo em diferentes níveis (federal, estadual e municipal), como ICMS, ISS, PIS e COFINS. Cada estado tem regras próprias para o ICMS.

2. Conflitos federativos: a arrecadação de **impostos** sobre o consumo é vital para estados e municípios, que temem perder autonomia fiscal com a centralização do IVA. O IVA exige a redistribuição da arrecadação entre entes federativos, o que pode gerar disputas políticas.

3. Dimensão e desigualdades regionais: regiões mais desenvolvidas (Sudeste e Sul) geram mais consumo e, portanto, mais arrecadação. Estados menos desenvolvidos (Norte e Nordeste) temem perder receitas com a mudança na base tributária.

4. Transição complexa: implementar o IVA requer substituir ou integrar vários **impostos** existentes, o que pode gerar incertezas para empresas e governos. A adaptação tecnológica necessária para empresas e entes arrecadadores é desafiadora, especialmente para micro e pequenas empresas.

5. Carga tributária elevada: o Brasil já possui uma das mais altas cargas tributárias do mundo, e um IVA mal calibrado pode aumentar os custos para consumidores e empresas, prejudicando o crescimento econômico.

Portanto, ao final dessa reflexão concluímos que, está claro que a implementação do IVA em nosso país, depende de reformas estruturais amplas, muito bem coordenadas e profundamente debatidas com a sociedade. Os desafios políticos, econômicos e técnicos são enormes. E, para a tristeza dos brasileiros, a partir 2033, teremos o maior imposto sobre valor agregado ou adicionado do mundo. É questão de lógica. O tempo confirmará.

*Advogado tributarista, especialista em agronegócio, membro dos Comitês Jurídico e Tributário da Sociedade Rural Brasileira e CEO do Berbigier Sociedade de Advogados

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
IVA no Brasil: desafios, impactos e a **reforma tributária**

Site: <https://www.correiobraziliense.com.br/direito-e-justica/2025/02/7052289-iva-no-brasil-desafios-impactos->

e-a-reforma-tributaria.html

O marco da Reforma Tributária: uma análise dos desafios e benefícios

Opinião +

Por Gabriel Santana Vieira* - A **reforma tributária**, tema que há décadas movimenta debates e expectativas, finalmente ganha contornos mais definidos com a aprovação do PL 68/2024. Essa proposta ambiciosa busca simplificar o complexo sistema tributário brasileiro, unificando diversos **impostos** e introduzindo novos mecanismos de arrecadação. Mas quais são os impactos dessa reforma na vida dos cidadãos e das empresas? Quais desafios e oportunidades ela traz? Este artigo desvenda os mistérios da **reforma tributária** e analisa como ela pode moldar o futuro econômico do país.

O sistema tributário brasileiro é amplamente reconhecido por sua complexidade e burocracia, com uma infinidade de **impostos** que incidem sobre a produção e o consumo. Essa estrutura onerosa gera custos elevados para as empresas, desestimula investimentos e dificulta a competitividade do Brasil no cenário internacional. A **reforma tributária**, ao unificar diversos **tributos**, promete simplificar esse cenário e reduzir a burocracia.

Com a substituição de **tributos**, como ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins por outros, como IBS, CBS e Imposto Seletivo, espera-se uma redução significativa da carga tributária para as empresas, o que pode estimular a criação de empregos e o crescimento econômico. Além disso, a reforma busca combater a guerra fiscal entre os estados, promovendo maior equidade na distribuição de recursos.

Apesar dos benefícios prometidos, a implementação da reforma enfrenta diversos desafios. Um dos principais é a resistência de determinados setores econômicos, que temem perder benefícios fiscais ou sofrer prejuízos com a nova sistemática. Outro desafio é a necessidade de adaptação dos sistemas de gestão tributária das empresas e dos governos, o que pode gerar custos e atrasos.

A reforma também traz incertezas sobre o impacto na arrecadação governamental e na distribuição de recursos. O temor de perda de arrecadação pode levar ao aumento da carga tributária em outros setores da economia, compensando eventuais perdas causadas pela simplificação.

Um dos mecanismos introduzidos pela reforma é o cashback, voltado para a redução da desigualdade social e o estímulo ao consumo. Contudo, a eficácia do cashback e a inclusão do setor de telecomunicações nesse programa ainda geram debates. Outro ponto crucial é a definição da cesta básica, cuja composição impacta diretamente a arrecadação e o acesso da população a alimentos. Alterações nos itens incluídos podem trazer consequências significativas para a segurança alimentar e nutricional.

Outro aspecto amplamente debatido é a concessão de regimes diferenciados para setores específicos da economia. Áreas como saneamento básico e telecomunicações defendem alíquotas reduzidas para incentivar investimentos e garantir o acesso a serviços essenciais. No entanto, a concessão de benefícios fiscais a determinados setores pode gerar distorções no mercado e desencadear um efeito cascata.

A cesta básica, em particular, desempenha um papel essencial na segurança alimentar e nutricional da população brasileira. A definição dos itens que a compõem envolve questões de saúde pública, economia e política. Inclusões ou exclusões de determinados alimentos podem impactar significativamente a arrecadação tributária, a acessibilidade a alimentos saudáveis e a composição da dieta da população. É necessário buscar um equilíbrio entre garantir o acesso a alimentos básicos e manter a sustentabilidade fiscal.

Por fim, a **reforma tributária** representa um marco histórico para o Brasil, com potencial para simplificar o sistema tributário, reduzir a burocracia e estimular o crescimento econômico. Contudo, sua implementação exige cautela e um amplo debate sobre os impactos gerados. É fundamental que a sociedade civil acompanhe de perto o processo, exigindo transparência e responsabilidade dos governantes.

A **reforma tributária** apresenta tanto desafios quanto oportunidades. A definição de uma cesta básica adequada, a concessão de regimes diferenciados e a eficácia do programa de cashback são apenas alguns dos pontos que demandam análise criteriosa. A busca por um sistema tributário mais justo, eficiente e simples é um objetivo nobre, mas requer o esforço conjunto de todos os setores da sociedade.

*Especialista na área de advocacia tributária, empresarial, trabalhista e previdenciária

Por Gabriel Santana Vieira* - A **reforma tributária**, tema que há décadas movimenta debates e expectativas, finalmente ganha contornos mais definidos com a aprovação do PL 68/2024. Essa proposta ambiciosa busca simplificar o complexo sistema tributário brasileiro, unificando diversos **impostos** e introduzindo novos mecanismos de arrecadação. Mas quais são os impactos dessa reforma na vida dos cidadãos e das empresas? Quais desafios e oportunidades ela traz? Este artigo desvenda os mistérios da **reforma tributária** e analisa como ela pode moldar o futuro econômico do país.

O sistema tributário brasileiro é amplamente reconhecido por sua complexidade e burocracia, com uma infinidade de **impostos** que incidem sobre a produção e o consumo. Essa estrutura onerosa gera custos elevados para as empresas, desestimula investimentos e dificulta a competitividade do Brasil no cenário internacional. A **reforma tributária**, ao unificar diversos **tributos**, promete simplificar esse cenário e reduzir a burocracia.

Com a substituição de **tributos**, como ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins por outros, como IBS, CBS e Imposto Seletivo, espera-se uma redução significativa da carga tributária para as empresas, o que pode estimular a criação de empregos e o crescimento econômico. Além disso, a reforma busca combater a guerra fiscal entre os estados, promovendo maior equidade na distribuição de recursos.

Apesar dos benefícios prometidos, a implementação da reforma enfrenta diversos desafios. Um dos principais é a resistência de determinados setores econômicos, que temem perder benefícios fiscais ou sofrer prejuízos com a nova sistemática. Outro desafio é a necessidade de adaptação dos sistemas de gestão tributária das empresas e dos governos, o que pode gerar custos e atrasos.

A reforma também traz incertezas sobre o impacto na arrecadação governamental e na distribuição de recursos. O temor de perda de arrecadação pode levar ao aumento da carga tributária em outros setores da economia, compensando eventuais perdas causadas pela simplificação.

Um dos mecanismos introduzidos pela reforma é o cashback, voltado para a redução da desigualdade social e o estímulo ao consumo. Contudo, a eficácia do cashback e a inclusão do setor de telecomunicações nesse programa ainda geram debates. Outro ponto crucial é a definição da cesta

básica, cuja composição impacta diretamente a arrecadação e o acesso da população a alimentos. Alterações nos itens incluídos podem trazer consequências significativas para a segurança alimentar e nutricional.

Outro aspecto amplamente debatido é a concessão de regimes diferenciados para setores específicos da economia. Áreas como saneamento básico e telecomunicações defendem alíquotas reduzidas para incentivar investimentos e garantir o acesso a serviços essenciais. No entanto, a concessão de benefícios fiscais a determinados setores pode gerar distorções no mercado e desencadear um efeito cascata.

A cesta básica, em particular, desempenha um papel essencial na segurança alimentar e nutricional da população brasileira. A definição dos itens que a compõem envolve questões de saúde pública, economia e política. Inclusões ou exclusões de determinados alimentos podem impactar significativamente a arrecadação tributária, a acessibilidade a alimentos saudáveis e a composição da dieta da população. É necessário buscar um equilíbrio entre garantir o acesso a alimentos básicos e manter a sustentabilidade fiscal.

Por fim, a **reforma tributária** representa um marco histórico para o Brasil, com potencial para simplificar o sistema tributário, reduzir a burocracia e estimular o crescimento econômico. Contudo, sua implementação exige cautela e um amplo debate sobre os impactos gerados. É fundamental que a sociedade civil acompanhe de perto o processo, exigindo transparência e responsabilidade dos governantes.

A **reforma tributária** apresenta tanto desafios quanto oportunidades. A definição de uma cesta básica adequada, a concessão de regimes diferenciados e a eficácia do programa de cashback são apenas alguns dos pontos que demandam análise criteriosa. A busca por um sistema tributário mais justo, eficiente e simples é um objetivo nobre, mas requer o esforço conjunto de todos os setores da sociedade.

*Especialista na área de advocacia tributária, empresarial, trabalhista e previdenciária

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF

O marco da **Reforma Tributária**: uma análise dos desafios e benefícios

Site: <https://www.correiobraziliense.com.br/direito-e-justica/2025/02/7052266-o-marco-da-reforma-tributaria-uma-analise-dos-desafios-e-beneficios.html>

Reforma da renda: Motta prega cautela

» ISRAEL MEDEIROS » JÚLIA PORTELA

Apesar da disposição dos deputados de avançar no tema da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil - medidas com apoio popular normalmente se traduzem em mais votos -, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse, ontem, que o assunto deve ser tratado "com cautela", "equilíbrio" e "responsabilidade".

Segundo Motta, o governo, que terá perda de arrecadação com a isenção, precisa ter responsabilidade fiscal e apresentar as compensações para a medida.

"Não temos problemas em avançar nessa agenda, o que precisamos ter é responsabilidade, para que o efeito, que pode ser positivo para muitos brasileiros, não seja nocivo para o país", ressaltou, em entrevista à Rádio CBN, antes da reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Conforme Motta, "o Congresso entende, e a Câmara dos Deputados principalmente, que o Brasil já tem uma das cargas tributárias mais pesadas do mundo".

"Mas eu não quero entrar na agenda aqui, até porque eu não conheço o que o ministro Haddad vai nos trazer", afirmou.

"A isenção do IR é um projeto simpático. Quem é que não gostaria de aprovar um projeto que ajuda as pessoas que têm uma faixa de renda menor? Mas temos que ter muito equilíbrio para que uma medida como essa não venha a ter efeito ruim, já que temos hoje uma alta taxa de juros, o dólar chegando a níveis máximos. Isso traz um efeito principalmente no que diz respeito à **inflação**", pontuou.

Motta também destacou que há uma preocupação, por parte dos parlamentares, de aprovar medidas que possam, direta ou indiretamente, aumentar **impostos**.

"O Congresso colaborou muito, nos últimos dois anos, com projetos que ajudaram a aumentar bastante a arrecadação do governo", sustentou. "Há na Casa um sentimento de que projetos que elevem a carga tributária não tenham um amplo apoio para sua aprovação." Taxação.

O presidente da Câmara frisou, ainda, que Haddad concorda com a avaliação de que é preciso ter responsabilidade fiscal ao aprovar medidas

econômicas que podem ter impacto nos cofres públicos.

Segundo a equipe econômica, o governo pretende taxar quem ganha mais para compensar a perda de arrecadação com a isenção.

A equipe de Haddad, no entanto, ainda não apresentou os cálculos de como se dará a compensação.

Pela lei, no entanto, será obrigada a encontrar os recursos que deixar de arrecadar. A ideia, segundo o documento apresentado a Motta ontem, é estabelecer um "imposto mínimo" para pagadores de **tributos** de alta renda.

Ao Correio, o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (PT -RJ), disse que o projeto ainda está em discussão pelo governo, mas será enviado ao Legislativo ainda no primeiro semestre.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/02/06/all.pdf>

UE quer tributar compra on-line para cobrir custos alfandegários

A Comissão Europeia, órgão executivo da União Europeia (UE), lançou ontem um plano para regulamentar o comércio eletrônico no bloco, que inclui tributar as encomendas de plataformas de comércio eletrônico de países de fora da UE, com o objetivo de financiar controles alfandegários sobre produtos perigosos. Algo como uma versão europeia da "taxa das blusinhas" brasileira.

O valor do imposto ainda não foi estabelecido. Os Estados-membros da UE debaterão o tema.

Segundo a UE, os serviços alfandegários estão sobrecarregados com milhões de pequenos pacotes, a maioria contendo produtos da China, embora muitas dessas remessas não estejam em conformidade com os padrões europeus ou representem um risco, e o controle dessas remessas traz "custos crescentes".

Para bancar esses custos, a UE propõe introduzir **impostos** e remover a isenção de tarifas alfandegárias para pacotes com valor inferior a 150 (cerca de US\$ 156 ou R\$ 903).

Esta semana, os Estados Unidos acabaram com a isenção de **impostos** existente para encomendas internacionais inferiores a US\$ 800 (em torno de R\$ 4.600).

De acordo com a Comissão Europeia, 4,6 bilhões de pacotes contendo mercadorias com valor inferior a 22 (US\$ 23 ou R\$ 133) entraram na UE em 2024, o dobro do volume registrado em 2023 e o triplo do de 2022.

A UE calcula que 91% dessas remessas transportam produtos fabricados na China, vendidos por plataformas como Temu ou Shein, que tiveram um crescimento exponencial nos últimos anos.

ITENS ILEGAIS NA MIRA

O órgão afirma que "há cada vez mais produtos inseguros entrando na UE". E ressalta que os varejistas europeus, que têm de seguir os rígidos padrões **impostos** pelo bloco, podem ser prejudicados por práticas ilegais e pela venda de produtos falsificados. A Comissão lembra ainda que o envio dessa imensa quantidade de pacotes tem impacto ambiental e uma elevada pegada de carbono.

A Comissão Europeia também quer estabelecer controles sobre os produtos importados, a fim de retirar do mercado aqueles que não estejam de acordo as normas de proteção ao consumidor do bloco.

- Queremos ver um setor de e-commerce competitivo, que garanta a segurança dos consumidores, ofereça produtos úteis e respeite o meio ambiente -disse Henna Virkkunen, vice-presidente executiva de Soberania, Segurança e Democracia Tecnológica.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20250206/page/44>

Disrupção de Trump ameaça lançar os EUA e o mundo no caos

Quase todo mundo esperava que o governo de Donald Trump nos EUA fosse disruptivo. Mas poucos esperam o nível atual de disrupção. Em apenas duas semanas, Trump possivelmente causou mais do que no primeiro ano inteiro de seu governo anterior. Muitas medidas serão questionadas na Justiça americana. Outras talvez sejam irrealizáveis. Mas tudo isso cria expectativas, que movem mercados e influenciam decisões e ações de indivíduos, empresas e governos.

A disrupção, isto é, a ruptura de uma atividade, uma prática, um modo de pensar, não é negativa em si. Pode trazer novas abordagens para velhos problemas.

Mas quanta disrupção é demais? E se não houver um plano claro por trás da toda essa disrupção? O resultado, então, pode ser o caos. Foi o que ocorreu quando os EUA invadiram o Afeganistão e o Iraque sem ter um objetivo coerente e factível. O resultado foram sangrentas

guerras civis, o deslocamento e sofrimento de milhões de pessoas e trilhões de dólares gastos.

Em questões externas, Trump ameaçou tomar a Groenlândia e o Canal do Panamá, quer a anexação do Canadá aos EUA e, agora, anuncia que os EUA ocuparão por um período longo a Faixa de Gaza, após a retirada de seus dois milhões de habitantes palestinos. Nada disso nem começou a ser feito e pode se tratar de bravata, como disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A proposta de limpeza étnica em Gaza foi amplamente criticada ontem por líderes globais.

Mas há já medidas que não são bravatas e que afetam milhões de pessoas. Na semana passada o governo Trump suspendeu quase toda a ajuda externa americana. Nesta semana, Elon Musk, encarregado de eficiência governamental, iniciou o desmantelamento da USAid, a agência americana de cooperação internacional. Isso vai afetar programas contra a fome ou que beneficiam pacientes de aids em países pobres da Ásia, África e América Latina. A USAid poderia ser melhorada? Tudo pode ser me-

lhorado. Mas cortar esses programas não é buscar eficiência. É apenas crueldade. Ironicamente, é o homem mais rico do mundo cortando ajuda literalmente vital a milhões de pobres pelo planeta.

Do mesmo modo, Trump anunciou a saída dos EUA da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Acordo de Paris. Pouca gente parece satisfeita com a gestão de Tedros Adhanom à frente da OMS, mas deixar a entidade significa enfraquecer a capacidade global de reação a epidemias, por exemplo.

Trump também anunciou e depois recuou de tarifas de importação de 25% sobre produtos da Colômbia, México e Canadá. Supostamente o recuo é por ter obtido concessões. Mas as tarifas contra os países da América do Norte causa-

Um esvaziamento à força de Gaza seria uma tragédia para a reputação de Washington

ram um forte abalo nos mercados e possivelmente a Casa Branca foi alvo de pressões do meio empresarial americano.

Já as tarifas contra a China, principal alvo do presidente na campanha eleitoral, entraram em vigor, mas em modestos 10%. Como a moeda chinesa já perdeu quase 4% do valor em relação ao dólar desde setembro, isso atenua o impacto da tarifa, que é administrável para os chineses. A relação moderada com Pequim favorece especulações de que Trump está negociando uma grande barganha com o presidente Xijiping.

Segundo vários estudos que estão sendo publicados nos EUA, as tarifas ameaçam aumentar a **inflação** nos EUA, o que pode manter os juros altos por mais tempo.

A estratégia negociada de Trump é, a essa altura, bem conhecida. Ele ameaça ou às vezes até adota medidas punitivas, negocia e recua de muitas delas após obter qualquer concessão que possa chamar de vitória, ainda que isso não venha a se concretizar. Foi o que ocorreu no seu governo anterior, quando Pequim não cumpriu o acordo de

compra de produtos americanos.

Mas, mesmo sendo em parte uma estratégia negociada, as ameaças comerciais movem expectativas e influenciam decisões. Que empresa vai investir no México sem saber se poderá exportar para os EUA?

Se o objetivo é trazer empresas para produzir nos EUA, o tiro também pode sair pela culatra. Que empresa vai investir nos EUA sem saber para quem poderá exportar, de onde poderá comprar insumos e com quais tarifas? Confiança é um acelerador dos negócios; já incertezas são um freio. O risco, ao final, é o de todos ficarmos mais pobres.

Internamente, ao invés de tentar reformar setores do governo, Trump (junto com Musk) está adotando a estratégia de destruir primeiro para reconstruir depois.

O objetivo desses cortes de gastos (inclusive de ajuda externa) e pessoal parece ser puramente fiscal: abrir espaço para reduzir **impostos** para as empresas americanas. O governo federal tem cerca de 3 milhões de funcionários civis e responde por apenas 15% dos servidores totais. O grosso, mais de 17 milhões, está nos

Estados e municípios. Ou seja, o risco de disrupção é grande, mas a economia pode ser pouca.

Por fim, há o risco de Trump estar gerando uma nova onda global de antiamericanismo. Isso pode prejudicar os EUA, se causar boicotes a produtos e serviços americanos. No Canadá, talvez o mais fiel aliado dos EUA, houve vaias contra o hino americano em partidas de basquete e hóquei no gelo, e o pre-miê Justin Trudeau pediu à população que não compre produtos americanos e não viaje de férias para os EUA. O governador de Ontário, a principal província canadense, ameaçou romper um acordo de US\$ 100 milhões com a empresa de internet por satélite Starlink, de Musk. A deportação de milhares, talvez milhões, de imigrantes ilegais dos EUA também ameaça a imagem do país na América Latina.

Uma eventual retirada forçada da população palestina de Gaza seria uma tragédia também para a reputação de Washington. O crescente isolacionismo dos EUA e uma onda de antiamericanismo também podem prejudicar interesses americanos em todo o mundo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188110?page=14§ion=1>

Lula: Levamos a inflação muito a sério (governo)

Victor Correia +

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a **inflação** está razoavelmente controlada, mas admitiu apreensão com o alto preço de diversos produtos, como alimentos e combustíveis.

Nós levamos ela (a **inflação**) muito a sério, e eu acho que ela está razoavelmente controlada, enfatizou, nesta quarta-feira, em entrevista a um pool de rádios de Minas Gerais. A nossa preocupação é apenas evitar que o preço dos alimentos continue prejudicando o povo brasileiro, e é por isso que nós temos feito reuniões sistemáticas com os setores que estão, na nossa visão e na visão dos pesquisadores, mais altos.

Lula discutiu o tema na terça-feira com o Ministério da Fazenda e disse que vai se reunir, nos próximos dias, com os produtores de carnes, um dos alimentos que mais aumentaram, com alta de 20% no ano passado. O café também subiu, quase 40%, no mesmo período.

Ele disse estar confiante de que o governo vai conseguir reduzir os preços e frisou que a economia está bem. Temos consciência de que nós vamos baixar a **inflação**, que vamos baixar o custo de vida e que a cesta básica vai ficar mais acessível ao povo brasileiro, porque é isso que o povo precisa: alimento barato e de qualidade na mesa, reforçou.

A escalada de preço de alimentos tem impactado diretamente a população e, por consequência, a popularidade do chefe do Executivo.

Na entrevista, que durou mais de 45 minutos, o presidente comentou sobre os projetos da oposição para anistiar golpistas do 8 de Janeiro e para alterar a Lei da Ficha Limpa, reduzindo a pena de inelegibilidade de oito para dois anos. Com ambas as propostas, a intenção é beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro e tentar reverter a punição imposta a ele pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - o ex-chefe do Executivo foi proibido de concorrer a cargos eletivos até 2030.

Eu acho que quem tentou dar um golpe, quem articulou, inclusive, a morte do presidente, do vice-presidente e do presidente do tribunal eleitoral, não merece absolvição, ressaltou. A verdade, só o

Bolsonaro sabe. Se ele quis dar golpe, ele sabe que quis dar. Por isso que ele fugiu para Miami. Se ele não fosse um homem que tivesse preparado toda essa podridão de comportamento, ele teria ficado, teria dado posse, como qualquer ser humano civilizado faria. Mas ele, não.

Sobre a **reforma ministerial**, que tem sido debatida internamente pelo governo, Lula frisou que não tem pressa para definir as mudanças, mas que deve fazer ajustes na equipe.

Citando o PSD, comentou que ainda vai ouvir os partidos integrantes da base do governo para decidir o que fazer. O Planalto discute uma **reforma ministerial** que reflita o novo arranjo das forças políticas após as eleições municipais do ano passado e que forme alianças para o pleito de 2026.

Uma das mudanças dada certa é a nomeação da presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR), para a Secretaria-Geral da Presidência. Não tenho pressa, não tenho data. E, sim, vou fazer os ajustes quando eu achar necessário, afirmou.

Questionado a respeito do destino do ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) - também cotado para assumir uma pasta -, Lula respondeu que já tem três ministros do PSD, fazendo elogios a Alexandre Silveira (Minas e Energia) e a Carlos Fávaro (Agricultura). O terceiro é André de Paula (Pesca). O petista também afastou a possibilidade de demitir Silveira, como circulou, devido à desavença entre o ministro e o novo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

O meu sonho com o Pacheco, eu já disse em uma entrevista, eu estou tentando, há muito tempo, conversar com o Rodrigo Pacheco para mostrar que ele é hoje a figura pública mais importante de Minas Gerais, comentou. Se ele quiser ser candidato a governador, ele poderá ser o futuro governador de Minas Gerais. É só ele querer, para a gente trabalhar, e ele possa ser eleito governador. Ele vai ter de decidir.

O chefe do Executivo negou que tenha prazo para tomar a decisão sobre Pacheco, já que o senador entrará de férias a partir da semana que vem e viajará ao exterior. Não há pressa, o Pacheco pode tirar

férias.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a **inflação** está razoavelmente controlada , mas admitiu apreensão com o alto preço de diversos produtos, como alimentos e combustíveis.

Nós levamos ela (a **inflação**) muito a sério, e eu acho que ela está razoavelmente controlada , enfatizou, nesta quarta-feira, em entrevista a um pool de rádios de Minas Gerais. A nossa preocupação é apenas evitar que o preço dos alimentos continue prejudicando o povo brasileiro, e é por isso que nós temos feito reuniões sistemáticas com os setores que estão, na nossa visão e na visão dos pesquisadores, mais altos.

Lula discutiu o tema na terça-feira com o Ministério da Fazenda e disse que vai se reunir, nos próximos dias, com os produtores de carnes, um dos alimentos que mais aumentaram, com alta de 20% no ano passado. O café também subiu, quase 40%, no mesmo período.

Ele disse estar confiante de que o governo vai conseguir reduzir os preços e frisou que a economia está bem . Temos consciência de que nós vamos baixar a **inflação**, que vamos baixar o custo de vida e que a cesta básica vai ficar mais acessível ao povo brasileiro, porque é isso que o povo precisa: alimento barato e de qualidade na mesa , reforçou.

A escalada de preço de alimentos tem impactado diretamente a população e, por consequência, a popularidade do chefe do Executivo.

Na entrevista, que durou mais de 45 minutos, o presidente comentou sobre os projetos da oposição para anistiar golpistas do 8 de Janeiro e para alterar a Lei da Ficha Limpa, reduzindo a pena de inelegibilidade de oito para dois anos. Com ambas as propostas, a intenção é beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro e tentar reverter a punição imposta a ele pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - o ex-chefe do Executivo foi proibido de concorrer a cargos eletivos até 2030.

Eu acho que quem tentou dar um golpe, quem articulou, inclusive, a morte do presidente, do vice-presidente e do presidente do tribunal eleitoral, não merece absolvição , ressaltou. A verdade, só o Bolsonaro sabe. Se ele quis dar golpe, ele sabe que quis dar. Por isso que ele fugiu para Miami. Se ele não fosse um homem que tivesse preparado toda essa podridão de comportamento, ele teria ficado, teria dado posse, como qualquer ser humano civilizado faria. Mas ele, não.

Sobre a **reforma ministerial**, que tem sido debatida

internamente pelo governo, Lula frisou que não tem pressa para definir as mudanças, mas que deve fazer ajustes na equipe.

Citando o PSD, comentou que ainda vai ouvir os partidos integrantes da base do governo para decidir o que fazer. O Planalto discute uma **reforma ministerial** que reflita o novo arranjo das forças políticas após as eleições municipais do ano passado e que forme alianças para o pleito de 2026.

Uma das mudanças dada certa é a nomeação da presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR), para a Secretaria-Geral da Presidência. Não tenho pressa, não tenho data. E, sim, vou fazer os ajustes quando eu achar necessário , afirmou.

Questionado a respeito do destino do ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) - também cotado para assumir uma pasta -, Lula respondeu que já tem três ministros do PSD, fazendo elogios a Alexandre Silveira (Minas e Energia) e a Carlos Fávaro (Agricultura). O terceiro é André de Paula (Pesca). O petista também afastou a possibilidade de demitir Silveira, como circulou, devido à desavença entre o ministro e o novo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

O meu sonho com o Pacheco, eu já disse em uma entrevista, eu estou tentando, há muito tempo, conversar com o Rodrigo Pacheco para mostrar que ele é hoje a figura pública mais importante de Minas Gerais , comentou. Se ele quiser ser candidato a governador, ele poderá ser o futuro governador de Minas Gerais. É só ele querer, para a gente trabalhar, e ele possa ser eleito governador. Ele vai ter de decidir.

O chefe do Executivo negou que tenha prazo para tomar a decisão sobre Pacheco, já que o senador entrará de férias a partir da semana que vem e viajará ao exterior. Não há pressa, o Pacheco pode tirar férias.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/02/7053702-lula-levamos-a-inflacao-muito-a-serio.html>

Dólar sobe para R\$ 5,79

ROSANA HESSEL

Depois de cair por 12 pregões consecutivos - o período mais longo desde o início do Plano Real -, ontem, o dólar voltou a registrar alta frente ao real, devido aos ajustes normais e à volta ao radar de problemas internos, principalmente fiscais, segundo especialistas.

A divisa norte-americana encerrou o dia cotada a R\$ 5,794 para a venda, com valorização de 0,38% sobre a véspera em um dia sem movimentos radicais do novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

O economista-chefe da Equatorial Investimentos, Eduardo Velho, considerou que essa nova alta do dólar marca o retorno da percepção do mercado de que o quadro fiscal segue ruim e que a **inflação** não está acomodada como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, ontem, em entrevista para rádios de Minas Gerais.

Pelas projeções de Velho, a **inflação** oficial de 2025 está acima de 6%, diferente dos 5,2% previstos pelo Banco Central.

"Nossa previsão central para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2025 segue em 6,76%, com limite superior estimado de 7,18%. E, para 2026, nossa estimativa central seria de 4,77%", destacou o economista.

Na avaliação de Eduardo Velho, essa reversão no câmbio é natural, porque é caro para os investidores ficarem comprados em dólar. "Há um custo e o investidor precisa apostar em uma valorização acima de 10% para a moeda concorrer com a taxa Selic (taxa básica da economia)", ressaltou ele, ao prever que os juros básicos, atualmente em 13,25% anuais, devem terminar o ano entre 15,75% e 16% ao ano. "Para evitar uma **inflação** superior a 6% neste ano, o Banco Central teria que elevar a Selic na faixa de 17% a 17,5% anuais.

Mas isso ele não deverá fazer", acrescentou.

O economista lembrou ainda que o câmbio vinha recuando no meio do recesso parlamentar e, agora, que o Legislativo voltou ao trabalho. "Agora, o mercado financeiro volta a cobrar o ajuste fiscal e vai ficar atento como será o relacionamento político entre o governo e o Congresso, com os novos presidentes das duas Casas", destacou. Para ele, a volatilidade no

câmbio e na Bolsa deverá persistir, pelo menos, até abril, quando o Executivo deve enviar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026.

Para Fernando Honorato, economista-chefe do Bradesco, os próximos meses marcarão a "pior combinação entre **inflação** e atividade dos últimos períodos".

"Os índices de preços ainda responderão à depreciação cambial, à inércia e às surpresas como crescimento, manifestamente nos núcleos. No entanto, os sinais de desaceleração da economia vêm se acumulando, nos fazendo ganhar convicção no quadro de recessão na segunda metade do ano", escreveu ele, que reduziu de 2,2% para 1,9% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano, mas manteve em R\$ 6 a previsão para o dólar no fim de dezembro.

Ajuste normal.

Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos, enxergou a volta da desvalorização do real ante ao dólar ontem como um movimento de ajuste normal do mercado.

"Muitas pessoas devem ter visto o dólar caindo ao longo dos últimos dias e aproveitou para comprar. Mas isso vai se esgotando um pouco para dar mais uma pernada e, talvez a gente precise de mais algum fato novo ou de um movimento um pouco mais forte no mercado externo para que o dólar volte a cair novamente", destacou.

"Apesar da forte convicção de que a atual taxa de câmbio se provará depreciada, caso se afaste o quadro de dominância fiscal, decidimos manter a premissa de uma moeda estável em R\$/US\$ 6,00 até o fim do próximo ano", acrescentou ele.

"O dólar quebrou uma sequência de 12 quedas para fechar em leve alta nesta quarta-feira (ontem), numa "correção" técnica moderada, pois ainda acumula perda de 4,83% neste período e baixa de 6,6% no ano", comentou o economista Julio Hegedus Netto, da JHN Consulting.

Na avaliação dele, a produção industrial mais fraca no Brasil, o alívio na retórica de Trump sobre a guerra tarifária e os dados de emprego nos EUA em janeiro acima do esperado ajudaram nessa inversão do sinal da divisa norte-americana.

Além de minimizar a questão da **inflação**, Lula ainda afirmou que pretende taxar os produtos dos Estados Unidos se Trump taxar os produtos do Brasil: "É lógico. É o mínimo de decência um governo utilizar a reciprocidade", afirmou o chefe do Executivo na entrevista às rádios mineiras ontem. Na véspera, a China formalizou queixa contra os Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre as tarifas de 10% anunciadas por Trump, no fim de semana.

Segundo **comunicado** da OMC, o país asiático alega que as medidas tarifárias dos norte-americanos violam as obrigações em relação ao status de nação mais favorecida, com base nas normas da entidade de comércio global.

Além disso, o país asiático revidou com uma taxa de 10% a 15% sobre vários produtos norte-americanos.

Enquanto isso, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) fechou o dia em alta após recuar por três dias seguidos, acompanhando as bolsas internacionais que operaram no azul.

O Índice Bovespa (IBovespa), principal indicador da B3, registrou valorização de 0,31%, para 125.534 pontos, acumulando, no ano, avanço de 4,37%.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/02/06/all.pdf>

Produção industrial sobe 3,1% em 2024, apesar de recuo no fim do ano

DANIELA AMORIM E GABRIELA JUCÁ

A indústria brasileira fechou o ano passado com crescimento de 3,1%, o terceiro melhor resultado nos últimos 15 anos, ficando atrás de 2010, quando registrou alta de 10,2%, e 2021, com taxa de 3,9%, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal, divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar do bom resultado do ano, o setor encerrou 2024 com o pé no freio. A produção recuou 0,3% em dezembro ante novembro, o terceiro resultado negativo consecutivo. Uma sequência de três quedas na produção não era vista desde 2021.

No entanto, a perda foi bem mais amena do que a queda mediana de 1,2% prevista por analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projeções Broadcast.

No quarto trimestre, a produção teve ligeiro recuo de 0,1% ante o trimestre imediatamente anterior.

Apesar do menor ritmo dos últimos meses, o saldo final da produção em 2024 foi robusto, com crescimento considerável em relação a 2023 (0,1%), avaliou André Macedo. "Isso contrasta com essa leitura do final do ano de 2024, com essa perda de intensidade", disse Macedo.

"O ponto mais elevado da produção no ano de 2024 foi alcançado no mês de junho." Macedo diz que o crescimento do setor industrial em 2024 foi impulsionado pelo aquecimento do mercado de trabalho, com redução no desemprego, maior número de pessoas trabalhando e aumento na massa de salários em circulação na economia. O cenário favorável levou a um aumento no consumo das famílias, beneficiado por medidas de estímulos fiscais, alta na renda e maior concessão de crédito.

"Ao longo do ano, a indústria consolidou um processo de recuperação, com a produção do setor tendo sido puxada, em maior medida, pelos setores produtores de bens de consumo duráveis e de bens de capital", diz a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

No entanto, a entidade espera que a tendência de acomodação observada ao fim de 2024 se intensifique

ao longo de 2025, sob impacto do aperto monetário, menor impulso fiscal e ambiente externo mais desafiador.

"Diante do conjunto de informações disponíveis até o momento, a Fiesp espera que a produção industrial cresça 1,3% em 2025", projeta.

SEGMENTOS. O crescimento na produção industrial em 2024 foi disseminado, com expansão nas quatro grandes categorias econômicas e em 20 dos 25 ramos industriais pesquisados.

As principais influências positivas para a média total da indústria partiram de veículos automotores (12,5%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (14,7%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (12,2%), produtos alimentícios (1,5%) e produtos químicos (3,3%).

Entre as categorias de uso, os destaques foram os avanços em bens de consumo duráveis (10,6%) e bens de capital (9,1%), embora também tenham crescido os bens intermediários (2,5%) e os bens de consumo semiduráveis e não duráveis (2,4%).

Macedo explica que os bens de capital e os bens duráveis se beneficiaram da conjuntura econômica positiva ao longo de 2024, uma vez que a reversão desse cenário favorável ocorreu apenas nos últimos meses do ano. Além disso, ele ressalta que os bens de capital vinham ainda de uma base de comparação baixa, pois recuaram 11,7% em 2023. "A base de comparação é um fator importante.

É um crescimento que se dá sobre essa base de comparação muito depreciada", diz.

PIB. O resultado melhor do que o esperado em dezembro fez o banco Santander Brasil aumentar sua projeção para o Produto Interno Bruto (**PIB**) do quarto trimestre, de uma alta de 0,4% para 0,5%, informou o economista do banco Gabriel Couto. "No geral, o resultado reforça o nosso cenário de desaceleração gradual da atividade econômica nos próximos meses, com contribuições positivas de segmentos não cíclicos, como a agricultura." O economista Pedro Crispim, da gestora de recursos da G5 Partners, diz que há cada vez mais indícios de uma eventual desaceleração da economia, mas concorda com a

avaliação do Comitê de Política Monetária (Copom) de que é preciso cautela para firmar uma leitura categórica sobre o comportamento da atividade econômica.

Para ele, é preciso esperar um conjunto mais amplo de dados que ainda serão divulgados, sobretudo os referentes ao primeiro trimestre de 2025, para cravar a avaliação sobre o comportamento da atividade.

"O debate do Copom sobre a desaceleração econômica é uma preocupação legítima", afirma Crispim.

Levantamento

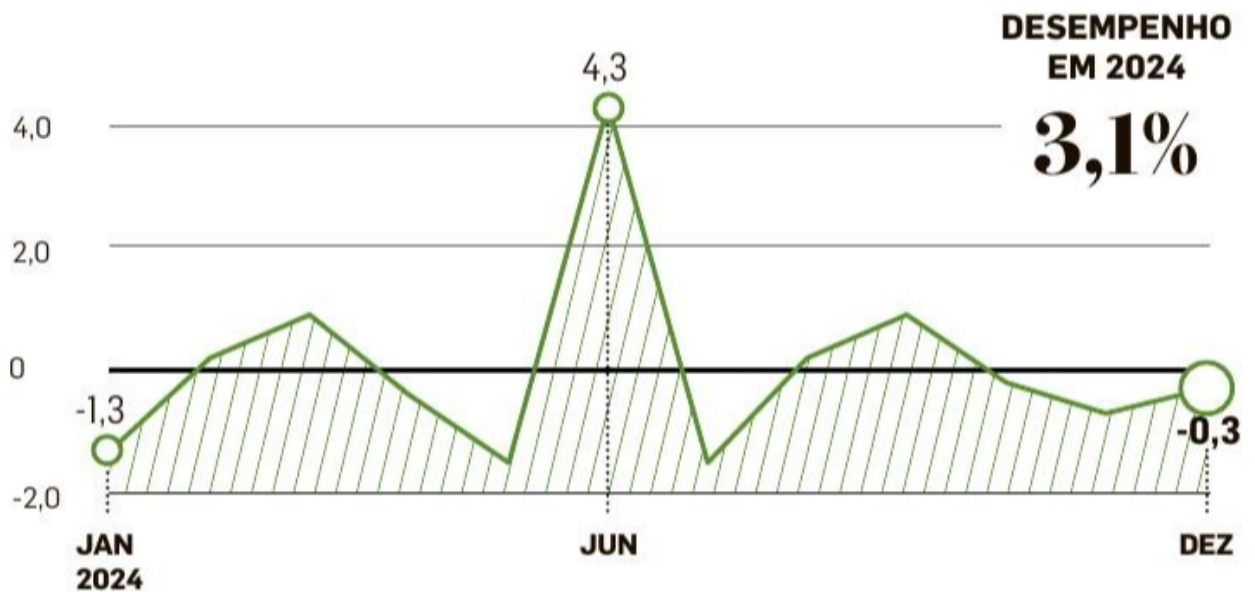
Crescimento no ano passado foi disseminado em 20 dos 25 ramos de atividades pesquisados

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

EM ALTA

Produção industrial tem o terceiro melhor resultado em 15 anos

EM PORCENTAGEM



Os novos passos, na visão de Haddad - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

O ministro Fernando Haddad já entregou ao presidente Lula a proposta da reforma do Imposto de Renda, e agora começarão as consultas internas. Segundo o ministro da Fazenda, o projeto segue o que foi apresentado no ano passado: isentar quem ganha até R\$ 5 mil e cobrar um imposto mínimo para quem tem renda de R\$ 50 mil ou mais. Quem tem carteira assinada e tem essa renda mais alta não será afetado porque já paga na fonte. Outras reformas retomadas são a do corte nos supersalários e a da mudança na aposentadoria dos militares, que levou o ministro Haddad a uma conversa com as três forças e o ministro da Defesa.

Haddad me concedeu uma longa entrevista ontem, que foi ao ar na Globonews. O ministro avalia que a **inflação** deve sim permanecer acima do teto da meta até junho, como previu a ata do Copom, mas disse que "no horizonte relevante" estará convergindo para a meta, - Eu acredito que podemos ter boas novas no front inflacionário, se a política for bem conduzida, com a safra e o câmbio. A política (monetária) restritiva, não numa dose de matar o paciente, mas para trazer gradualmente para o centro da meta. É a defesa que eu faço. O Banco Central tem que ter inteligência e vamos ver se, em junho, se a **inflação** estiver em cima da meta, como provavelmente estará, se estará na trajetória convergente para a meta.

Brinquei com a declaração dele sobre o câmbio, quando disse que se chegasse a R\$ 5,70, compraria. Como está quase lá, perguntei se estaria na ponta compradora. "Na verdade eu nem devia ter falado isso, foi no calor do debate, o ministro da Fazenda tem que zelar pelo equilíbrio macroeconômico e o dólar no Brasil é flutuante desde 1999 e é bom que seja assim".

Sobre as críticas à política fiscal no fim do ano passado, por economistas que consideravam que a disparada do dólar tinha relação com o aumento do risco fiscal, o ministro disse que no ano passado, mesmo contando os gastos para enfrentar a tragédia do Rio Grande do Sul, o gasto público foi da ordem de 18,5%, sendo que nos anos anteriores teria ficado em 19,5%.

- E muitos economistas que vieram me dizer que acabou o controle (fiscal) estavam em governos

responsáveis por algumas tragédias que aconteceram. E eu não vejo essas pessoas com honestidade necessária para dizer que realmente o governo atual está enfrentando problemas herdados dos governos anteriores - disse Haddad.

O fato é que o país tem déficit há muitos anos, tem dívida alta, crescente e cara. Por isso perguntei sobre a fala do presidente de que se dependesse dele não haveria mais medida fiscal. Haddad disse que Lula tem medo de ajustes que recaiam sobre os mais pobres.

- Tudo o que você leva para a mesa do presidente Lula, ele leva a sério. Eu nunca vi o presidente dispensar uma medida mesmo quando é dura ou impopular.

Haddad elogiou o Congresso, disse que as propostas enviadas pelo governo foram aprovadas em sua maioria, e afirmou que serão enviadas 15 propostas de ajustes este ano.

Contou que conversou com o deputado Hugo Motta sobre o limite aos supersalários.

- Acredito que o Congresso vai saber lidar com isso e, na minha opinião, vejo sensibilidade hoje para algo que já se tornou quase um clamor social.

Haddad disse que na conversa com Motta, para entregar os projetos prioritários para o governo, pediu que se evitasse pauta-bomba.

- Evitando pauta-bomba, evitando distorções, atacando ineficiências, e se fizermos isso, não estamos longe de conseguir estabilidade financeira em termos fiscais.

O ministro contou ainda que tem falado no Congresso que é importante que a política econômica seja uma política de Estado e não partidária. Perguntei sobre o fogo amigo sobre o ministério.

- Aqui tem fogo amigo, tem fogo inimigo, tem fogo para todos os gostos.

Quis saber se ele estava cansado do cargo e ele disse que "depende da semana, tem semana que é difícil". Mas disse que está com o presidente há muito tempo

e que eles já enfrentaram tempos mais difíceis. Que terá muito trabalho este ano, que não será ano eleitoral, e que em 2026 o trabalho também será árduo até o final.

- Não tenho pretensão de ser candidato. Gostei do que fiz, estarei (no fim de 2026) terminando quatro anos de trabalho super extenuante, e vou defender esse legado.

Haddad diz que a proposta da reforma do IR foi entregue a Lula e que inflação estará acima da meta até junho

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20250206/page/44>

Governo acena com logística para baixar preço de alimento

Ao anunciar a estratégia para escoamento da safra agrícola de 2025, ministros do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicaram nesta quarta-feira (5) que os investimentos para garantir maior eficiência logística e o aumento contínuo da produção agrícola podem ajudar a conter os preços dos alimentos no país.

"A melhoria da infraestrutura reduz custo logístico, que é um componente importante de preço. Quando a malha melhora, tem menos rodovia com buraco, isso reduz custo. Outra coisa é o aumento da produção. Mais oferta tende a diminuir preço", disse o ministro dos Transportes, Renan Filho, em entrevista a jornalistas.

A promessa esbarra em uma questão técnica: investimentos em infraestrutura, como no caso da logística, são de longo prazo de execução. Podem reduzir o custo do transporte, mas não de forma imediata a ponto de alterar o cenário de preços de alimentos em alta.

A alta nos preços dos alimentos contribuiu para que o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechasse em 4,83% no ano passado, acima da meta. Nas últimas semanas, a percepção de aumento dos preços de alimentos foi apontada como a causa da queda de popularidade do governo Lula nas pesquisas.

O ministro dos Transportes disse que o governo buscará o controle da **inflação**. "O Brasil vai cumprir a meta de **inflação** este ano. País que cumpre meta de **inflação** garante estabilidade, previsibilidade, preços adequados para os seus cidadãos", afirmou.

A estratégia para garantir o escoamento da produção de grãos também teve a participação dos ministros Sílvio Costa Filho (Portos

e Aeroportos) e Carlos Fávaro (Agricultura). De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a safra 2024/25 deve ter o crescimento de 8,3% em relação à safra anterior, totalizando 322,3 milhões de toneladas de grãos, o maior da história.

Costa Filho defendeu que, a partir das entregas de projetos nas áreas de logística, a tendência será reduzir o custo do transporte e, em consequência, o

preço dos produtos alimentícios para o consumidor. Segundo ele, existe uma grande expectativa com o ganho de eficiência dos novos empreendimentos do plano de concessão do setor de hidrovias.

"Quando tem abundância, a **inflação** cede. Esse é o planejamento" Carlos Fávaro

"Com toda essa logística que está sendo montada, na hora que você tem a melhoraria da qualidade das rodovias, as concessões hídricas feitas que reduzem em quase 40% a mobilidade - a logística pelas hidrovias reduz quase 40% o custo na operação - significam, ao final, que vamos trabalhar a médio e a longo prazos também para ter custo de alimentos mais barato na mesa do consumidor", disse.

Já o ministro da Agricultura destacou que a **inflação** em 2024 ficou "praticamente" dentro da meta estabelecida, de 4,5%, reforçando que o governo tem responsabilidade. Sobre as ações para tentar reduzir os preços dos alimentos, ele repetiu que não haverá "pirotecnia", apenas acompanhamento e direcionamento para ampliar a produção agropecuária.

"Quando tem abundância, a **inflação** cede. E esse é o planejamento que temos para os preços dos alimentos", disse Fávaro. As declarações dos ministros estavam alinhadas com o receio com o tema,

manifestado mais cedo por Lula. Em entrevista a rádios de Minas Gerais, o presidente assegurou que o governo vai controlar a **inflação**. "Queremos que o alimento chegue na mesa do trabalhador num patamar compatível com o que ganha o trabalhador", afirmou Lula.

Lula comentou que sua gestão leva a **inflação** "muito a sério" e, ao citar o preço da carne, voltou a dizer que é preciso entender o porquê de os preços terem subido tanto em 12 meses.

Na mesma linha da entrevista coletiva concedida na última semana no Palácio do Planalto, Lula falou que os reajustes da Petrobras, por exemplo, tanto no diesel quanto em "outros produtos" levarão os preços a patamares inferiores do que em dezembro de 2022, no fim do governo anterior. "A questão é como você faz a compensação disso [reajuste dos combustíveis] porque isso impacta nos transportes", comentou Lula.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188110?page=14§ion=1>

Gestão orçamentária vai ser desafiadora até o fim, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nessa quarta-feira (5) que "a gestão orçamentária será desafiadora até o fim" deste mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Colocar ordem na rubrica A, B ou C é extenuante", disse em entrevista à GloboNews.

Haddad afirmou, no entanto, que não espera "muitas questões legislativas no ano que vem", acreditando que a maior parte dos assuntos de interesse da Fazenda que tramitam no Congresso Nacional deve ser concluída ainda em 2025.

Sobre a limitação dos chamados "supersalários" do funcionalismo público, que faz parte do pacote de ajuste fiscal apresentado no fim do ano passado pelo governo federal, o ministro afirmou que foi estabelecido um "entendimento" com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), a respeito do assunto.

"Se o projeto que já foi votado na Câmara e que está no Senado voltar com ingredientes novos para corrigir essa distorção, a Câmara está disposta [a analisar as mudanças]", disse.

Ele afirmou que já se encon-

trou com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para tratar do tema e que se reunirá na próxima terça-feira com senadores. Segundo Haddad, "existem indenizações [pagas atualmente] que são corretas".

"Muitas vezes um juiz está substituindo o outro em uma comarca e tem despesas de estadia e alimentação que não teria se não substituísse", ponderou.

No caso da política monetária, o ministro afirmou que os impactos sobre a **inflação** decorrentes do ciclo de altas da Selic aparecerão "muito mais rápido do que se pensa".

"O choque de juros foi muito forte, então a resposta [sobre a **inflação**] virá mais rapidamente, e penso que poderemos ter uma acomodação mais rápida [dos preços]", disse ele na entrevista concedida à GloboNews.

Desde dezembro, o BC já elevou a Selic em 2 pontos percentuais, para 13,25% ao ano, e sina-

Para o titular da Fazenda, principais desafios da agenda legislativa serão enfrentados em 2025

lizou nova alta de 1 ponto percentual para a reunião de março. Mesmo assim, na ata divulgada na terça-feira e referente à sua última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) afirmou que o seu cenário base mostra que a **inflação** ficará acima do teto da meta até junho. Isso representaria um descumprimento da meta e obrigaria o presidente da autoridade monetária, Gabriel Galípolo, a escrever uma carta pública justificando o estouro.

Fernando Haddad minimizou, no entanto, a importância dessa carta. De acordo com o ministro, as altas da Selic tendem a fazer com que, no meio deste ano, as projeções do BC mostrem a **inflação** convergindo novamente para a meta.

"Ainda que em junho eles tenham que escrever uma carta, o horizonte do Banco Central já estará diferenciado", destacou.

A meta de **inflação** é de 3% com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. A projeção do Copom aponta para **inflação** em 5,2% em 2025 e de 4% no terceiro trimestre de 2026, sendo este o horizonte usado neste momento pelo colegiado para conduzir a Selic. O índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) terminou 2024 em 4,83%.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188110?page=14§ion=1>

Juro pode subir menos, e equipe volta a falar em ajuste fiscal

Vistas a princípio como preocupantemente acomodativas, as explicações do Copom para sua decisão de não sinalizar mais aumentos de juros em maio tomaram-se claras na ata divulgada na terça-feira: o cenário para a **inflação**, claramente adverso, é cheio de obstáculos para o cumprimento da meta, sem atenuantes no momento. A economia brasileira carrega o impacto de uma dose extrema de juros que, no entanto, pode não ser atenuada a curto prazo. A pesquisa pré-Copom indicou que a grande maioria de analistas e consultores (81 %) acha que o ritmo de aperto monetário arrefecerá para menos de 1 ponto percentual em maio, e só 19% vislumbram alta superior (Valor, ontem). Ainda que as expectativas para o IPCA estejam mais desancoradas que antes, o ciclo de alta de juros pode estar mais perto de uma pausa, ou mesmo do fim.

Agora sob o comando de Gabriel Galípolo, o BC manteve o balanço de riscos inclinado mais para uma alta que para a baixa do nível de preços e apontou que ainda é muito cedo para que um dos fatores de amortecimento da **inflação** mais esperado venha a se materializar - uma **desaceleração** da economia mais forte que a esperada. Segundo a ata, "não há evidência, mesmo incipiente, de uma desaceleração abrupta". Há sinais tênues de alguma moderação no crescimento, mas os dados que a sugerem não permitem conclusões definitivas, são pontuais e sujeitos a diferentes interpretações. Além disso, o passado recente frustrou várias vezes as previsões de economistas e do BC de que a economia iria se retrair. Ocorreu o contrário: o **PIB** cresceu mais que o esperado.

Por outro lado, há abundância de elementos que mostram que a economia está crescendo acima de seu potencial, o que até agora afastou a **inflação** cada vez mais longe da meta de 3%. O BC ressaltou que o IPCA seguirá acima do teto da meta (4,5%) por seis meses, descumprindo o novo sistema de metas, que estabelece que nem o teto nem o piso (1,5%) podem ser ultrapassados por 6 meses consecutivos. Isso deverá ocorrer por mais tempo. O relatório de **inflação** de dezembro projetou que o IPCA só recuará a 4,5% no último trimestre do ano, e a situação piorou no front inflacionário depois que o documento foi divulgado. No cenário de referência do BC, a **inflação** atinge 5,2% em 2025 e ainda se mantém distante do alvo, em 4%, no terceiro trimestre de 2026, o horizonte relevante

para a política monetária.

Há fatores que preocupam muito a curto prazo. A disparada do dólar elevou os preços das commodities em reais, especialmente os das carnes, que puxaram a **inflação** dos

alimentos, uma influência preponderante no IPCA-e no ambiente político -, mas se aplacou momentaneamente. O Copom, no entanto, não tem certeza sobre a direção do câmbio no futuro. "Ainda que parte dos riscos tenha se materializado, o Comitê julgou que eles seguem presentes prospectivamente".

O cenário externo se tornou mais sombrio, o que se eleva basicamente às incertezas sobre o crescimento e o comportamento da **inflação** agravadas pelas políticas de Donald Trump (tema não mencionado no documento). Ainda que siga sendo considerado "desafiador", o Copom acha agora que "cenários mais extremos, com distintos impactos sobre a **inflação** nas economias emergentes, têm maior probabilidade de se materializarem".

Completam o quadro a desancoragem maior da **inflação**, o "ritmo bastante intenso" da demanda interna e o desempenho "pujante" da oferta de crédito. O mercado de trabalho tem se mostrado robusto e a política fiscal continua expansionista, em desarmonia indesejável com a política monetária, o que impactou de forma "relevante" a expectativa dos agentes econômicos sobre a sustentabilidade da dívida e dos preços dos ativos. O Copom reiterou que isso eleva a taxa de juros neutra da economia e aumenta os custos da desinflação em termos de impacto nas atividades produtivas.

A colaboração imprescindível do controle fiscal para o controle da **inflação** até agora não veio, mas pode entrar em cena, por motivos eleitorais. Depois de o presidente Lula declarar que 2026 já chegou e as pesquisas mostrarem que mais gente desaprova que aprova o governo, com perda de popularidade do presidente até no Nordeste, a equipe econômica voltou a falar em equilíbrio fiscal. "Vamos ser contracionistas", disse na terça-feira ao Valor o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, para que a **inflação** convirja o mais rapidamente para as metas. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deu os mesmos sinais, levantando as expectativas de que o

governo fará contingenciamentos e bloqueios relevantes no orçamento logo no início do exercício fiscal.

O obstáculo ao acerto fiscal tem vindo do Planalto. O presidente Lula disse ontem que leva "inflação muito a sério", mas não mencionou os gastos do governo, poucos dias após a reunião ministerial em que afirmou não pretender tomar novas medidas fiscais. O calendário eleitoral torna-se bem pior para o governo com a economia em retração e a inflação alta. Ajudar o BC a combater a inflação serve aos propósitos da reeleição de Lula. A volta de preocupações com contas públicas no discurso oficial é um bom sinal, que precisará ser acompanhado de atos que só seriam benéficos para o país.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188110?page=14§ion=1>

Trump dilapida capital diplomático dos Estados Unidos, diz Celso Lafer

O presidente americano Donald Trump gasta o capital diplomático dos Estados Unidos ao adotar medidas que subvertem a lógica da ordem mundial atual, enfraquecem o multilateralismo e vão contra, inclusive, as normas da comunidade internacional como um todo. É o que avalia o ex-ministro de Relações Exteriores e de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Celso Lafer. Em entrevista ao Valor, o ex-chanceler afirma que o republicano adota uma postura de exacerbar conflitos sem pensar nas consequências. "Ele não as mensura", diz.

"Trump é um decisionista, rejeita se ver circunscrito por normas e está sempre pronto para identificar inimigos reais ou imaginários, numa visão hobbesiana da polarização de uma guerra de todos os contra todos", avalia o ex-ministro.

Lafer enfatiza: "Trump dilapida o capital diplomático acumulado que os Estados Unidos têm".

Na avaliação do ex-chanceler, as declarações de Trump sobre assumir o território da faixa de Gaza são um "despropósito" que colocam em xeque os avanços obtidos no cessar-fogo entre Israel e o grupo terrorista Hamas - do qual o americano se gaba de ter sido responsável pelo acordo. Já na perspectiva econômica, Lafer aponta que o ocupante da Casa Branca aposta nas tarifas como o "santo Graal" para "fazer a América grande de novo"; slogan do republicano repetido à exaustão tanto no primeiro quanto no início deste segundo mandato.

Lafer, ex-presidente do Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), vê o esvaziamento do organismo multilateral que se amplia com as medidas trumpistas. O ex-chanceler acredita, no entanto, que o questionamento das medidas ultraprotecionistas americanas na instância pode render derrotas a Trump e ampliar o "soft power" da China, que já afirmou que recorrerá ao órgão contra as tarifas impostas pelos EUA.

A seguir os principais pontos da entrevista:

Valor: Como o senhor avalia a volta de Trump à Casa Branca?

Celso Lafer: A eleição e a posse de Trump exacerbaram a tendência geral da crise do

multilateralismo e do desrespeito às normas do direito internacional, voltadas não só à colaboração mútua entre os Estados, mas também ao empenho de cooperações de interdependência entre eles. Trump tem como a estratégia sua própria personalidade, e a personalidade dele é de exacerbar conflitos. Ele busca a ascensão aos extremos, que é como Carl Schmitt [filósofo e jurista alemão] define a guerra na lógica de um decisionista. O presidente americano é um decisionista, rejeita se ver circunscrito por normas e está sempre pronto para identificar inimigos reais ou imaginários, numa visão hobbesiana da polarização de uma guerra de todos os contra todos [segundo o teórico inglês Thomas Hobbes, a guerra é um estado natural de conflito permanente entre os seres humanos]. Isso é visto na alegria que ele transmite ao assinar todos os dias novas ordens executivas.

Valor: Isso é visto, por exemplo, no tarifaço que ele assinou contra México, Canadá e China?

Lafer: O Maga [acrônimo para Make America Great Again, ou "faça a América grande de novo"] expressa uma vocação do unilateralismo soberano de uma grande potência. É o que está se traduzindo no campo do comércio internacional, e se vê no aumento indiscriminado das tarifas americanas. Trump as vê como o 'santo Graal' do sucesso do Maga. Mas isso contribui com avanços e recuos para guerras comerciais; avanços e recuos que resultam de uma calibração de respostas dos demais com base nos seus recursos de poder próprio e que deri-

vam da interdependência do mundo. México, Canadá e China estão neste processo, fruto desta vocação para aumentar, sem nenhuma racionalidade, as tarifas. E isto, no meu entender, intensifica os riscos da vida internacional, levando à incerteza que tem, entre as suas características, a dificuldade de elaborar métricas de mensuração. Quer dizer, sabemos quanto isso vai trazer de queda ou não do PIB? Quanto isso vai ou não aumentar a inflação? Quanto isso vai ou não aumentar as tensões internacionais? Em que medida o mundo ficará mais complicado do que já está? Não só na perspectiva econômica, esse pensamento unilateral soberano também se traduz em gestos e palavras. Basta ver como Trump vem se referindo ao Panamá, à Groenlândia, ao Canadá, ao México. Basta ver o desprezo com o qual ele qualifica os imigrantes não documentados nos Estados Unidos,

que devem ser expurgados até Guantánamo [prisão militar americana], e o gosto com o qual ele acentua a imprevisibilidade e a incerteza como instrumento do seu poder e dos Estados Unidos.

Valor: Neste contexto, como o senhor vê as declarações de Trump de assumir a faixa de Gaza?

Lafer: Francamente, é um despropósito. Você não pode dispor de um território como Gaza com a ligeireza com a qual ele fez esses comentários. Estamos falando de 2 milhões de pessoas, sofridas e que estão passando por todas as dificuldades imagináveis e inimagináveis. Não é possível pensar que essas pessoas queiram, primeiro, sair daquilo que consideram o seu território e, segundo, queiram ser absorvidas por Egito, Jordânia ou Líbano. Isso é, inclusive, um ingrediente de desestabilização adicional do Oriente Médio. Há ainda outra complicação: se Trump teve um papel construtivo em obter o cessar-fogo [entre Israel e Hamas] e a liberação de reféns e de prisioneiros, para poder levar isso adiante ele vai precisar contar com um apoio internacional mais abrangente, começando pelo dos países árabes. Como fará um desdobramento construtivo quando se está confrontando com algo inaceitável para eles? É inaceitável para os países árabes, assim como é inaceitável para os europeus.

Valor: Essas declarações de Trump são reflexos do passado dele como um investidor "agressivo" e agente imobiliário?

Lafer: É, mas você não pode aplicar para a vida internacional e para as soberanias aquilo que é a metodologia de um negociador imobiliário de terrenos. Não dá para fazer isso com um país, com um Estado nem com uma cidade. A minha avaliação é que Trump não está fazendo uma mensuração das consequências de suas ações. Voltan-

do a Hobbes, ele dizia que usar a razão é enfrentar as consequências. Acho que não é esta a forma que Trump está avaliando as suas responsabilidades como presidente de uma grande potência como são os Estados Unidos. Essa postura dele vai ter desdobramentos, porque ainda tem a guerra da Ucrânia, tem a segurança europeia, tem todas as questões em torno da Otan [Organização do Tratado do Atlântico Norte]. Quer dizer, se ele for lidando com tudo isto da maneira em que vem falando, ele aumenta a incerteza, e não o encaminhamento de soluções.

Valor: Diante da crise do multilateralismo, o que poderia barrar esse desejo de Trump de tomar Gaza uma "Riviera do Oriente Médio"?

Lafer: Seguramente isso passará por uma rejeição

indiscutível no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que os Estados Unidos podem, no limite, vetar. Mas aí criará uma ilegitimidade adicional para a proposta. É possível que o tema vá para a Assembléia Geral, e a ONU não poderá jamais, com seus múltiplos Estados-membros, cancelar uma coisa dessas. Porque isso abriria um precedente, qualquer país poderia chegar e dizer "olha, eu quero remover à força uma parte da população com a qual eu não estou à vontade". O precedente desta proposta é algo muito sério. Não se trata de um terreno apenas, é um território e uma população de 2 milhões de pessoas.

Valor: Ainda sobre organismos multilaterais, se a OMC não estivesse esvaziada, ela poderia reagir ao tarifaço de Trump?

Lafer: A OMC é um aprofundamento do GATT [Acordo Geral de Tarifas e Comércio, na sigla em inglês]. A organização criou o sistema multilateral de comércio baseada em normas e tem uma vocação de universalidade. Seu objetivo é promover interesses comuns através da expansão global da produção e comércio de bens e serviços. Isto é, ela vai muito além da redução de tarifas. O descumprimento das normas da OMC e a erosão centrífuga da sua eficácia vem contribuindo para a geoeconomia. Estudiosos têm chamado a atenção de que hoje em dia, na discussão do comércio exterior, prevalece o conceito de geoeconomia, em que os interesses dos países em segurança e de geopolítica ficam acima dos seus interesses de eficiência econômica. Essa mudança de pensamento é uma expressão do novo papel da geopolítica na vida internacional e das suas intenções. Inclusive, na geografia das nações e nos nacionalismos exacerbados.

Valor: Trump, ao promover o tarifaço, vai contra essas normas?

Lafer: Veja, a China disse que vai recorrer ao Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio após as tarifas impostas pelos Estados Unidos. Os chineses vão pedir a

criação de um painel da OMC, que vai examinar as questões e vai chegar a uma conclusão que, a meu ver, provavelmente será negativa aos EUA. A possibilidade disso ir para o Órgão de Apelação [a segunda instância], que está inoperante, é inexistente. Mas uma vitória da China no painel vai ajudá-la a regimentar apoios, o que aumentará o "soft power" chinês. Mas, o que é preciso ser dito é que deve haver uma certa racionalidade de mensuração. Trump mirou [com o aumento de tarifas] no México e no Canadá, que são dois países vizinhos com os quais os Estados Unidos têm uma relação vigorosa e de interdependência. Gerar um conflito como ele está

gerando não ajuda e deve ter impacto negativo na própria economia americana.

Valor: Na prática, qual impacto de uma decisão da OMC favorável à China e negativa ao EUA?

Lafer: Naturalmente, quando você tem uma situação dessa de imposição de tarifas, vai haver o chamado "trade diversion" [desvio de comércio, em tradução literal]. Um comércio que se diversificará, talvez sem tanta racionalidade e eficiência, mas com peso. Então, os chineses tem a oportunidade e a possibilidade de ampliar o seu comércio com o resto do mundo. Isso inclui a União Européia e inclui a nós, sem dúvida, que já temos com a China um grande parceiro comercial.

Valor: É possível pensar em um eventual isolamento dos EUA?

Lafer: A predominância do dólar, ao meu ver, vai continuar porque não existe uma moeda alternativa para as transações econômicas e financeiras internacionais. Agora, por essa exacerbação e ascensão aos extremos, Trump está levando a uma diluição do capital diplomático dos Estados Unidos. Isso terá consequências, além das econômicas e comerciais. O isolamento do país reduzirá o alcance da sua atuação internacional. O poder tem várias facetas. Uma delas é a do "hard power", o poder duro, a força propriamente dita. Mas também há a faceta do "soft power", da vida atrativa e da influência que isso pode ter sobre outros países. Trump dilapida o capital diplomático acumulado que os Estados Unidos têm.

Valor: Ao adotar essa postura protecionista, Trump força a ruptura da ordem mundial atual?

Lafer: É uma observação correta. A ideia de uma organização internacional do comércio e da liberalização comercial foi patrocinada pelos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial. Naquela época do pós-guerra ainda não existia a ideia de que o comércio também era um caminho para a paz. Os EUA tiveram um grande papel na construção da governança mundial. Essas instâncias hoje não estão no horizonte de Trump.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188110?page=14§ion=1>